Hayek × Marx: uma comparação extemporânea.

Introdução

Comparar o legado desses dois grandes economistas do passado trata-se de um esforço considerável, mas não seguramente fecundo. É previsível que conduza a um beco sem saída, que gere mais calor do que luz. Nesse sentido o debate é extemporâneo. Confronto mais frequente na literatura tem sido entre Hayek e Keynes.[1] Até porque ambos estes debateram, em vida, suas diferenças. O austríaco Friedrich August von Hayek (1899-1992) é um autor do século XX e o alemão Karl Heinrich Marx (1818-1883) insere-se totalmente no século XIX. Como tal, puderem absorver influências dos avanços do pensamento filosófico e da ciência de suas respectivas épocas. Portanto, fontes distintas que resultaram em visões bastante díspares a refletir os paradigmas de seus tempos. Para que então contrapô-los entre si?

Historicamente um debate concreto entre Hayek e seguidores de Marx ocorrera a partir de 1935. No entanto, no debate, no campo dos intervencionistas não havia marxólogos, mas adeptos do chamado socialismo de mercado que acreditavam no planejamento central eficiente com base em modelos de equilíbrio geral aplicado, inspirados no trabalho pioneiro do italiano Enrico Barone. Tal debate não antecipa o conteúdo deste ensaio, porque aqui centralizam-se questões de fundo filosófico, especialmente em epistemologia, enquanto lá questões microeconômicas e de implementação prática do modelo aparecem em primeiro plano.[2]

Nesse intuito, a primeira dificuldade a ser cuidadosamente contornada reside no caráter doutrinários das visões, a maneira como suas crenças fertilizam o debate político. Marx afigura-se o grande cardeal no campo da esquerda política, comunistas e afins, e Hayek é uma importante referência do pensamento liberal. De forma provocativa, denomina-se aqui de "marxistas" os seguidos da doutrina do alemão para efeito político e de "neoliberal" ideólogos ultraliberais que tem no austríaco referência central. O interesse para o debate científico que confronta ambas as ideias, no entanto, recai mais na oposição entre marxólogos e acadêmicos sérios que pesquisam a fundo o legado de Hayek.[3]

Vencida essa dificuldade (o que se espera), outro aspecto a ser considerado são as diferenças de formação acadêmica e profissional dos autores em tela. É fato que ambos se graduaram em direito e, já na graduação, dedicaram-se à filosofia. Contudo, o início assemelhado das respectivas carreiras encobre uma diferença fundamental no *pedigree*. Em filosofia, Hayek interessou-se pelo positivismo lógico de Ernst March e Moritz Schlick e Marx esteve sob o forte influxo das ideias de Hegel, na companhia dos jovens hegelianos.[4] No doutorado, este desenvolve uma tese sobre os filósofos materialistas Demócrito e Epicuro, portanto uma imersão em filosofia, e aquele inicia, por essa época, estudos em ciência natural, concentrando-se em psicologia teórica, em uma investigação sobre o papel das fibras nervosas do cérebro humano, que remete ao campo das ciências biológicas. Por conseguinte, Marx, muito antes de interessar-se por economia política, era um estudioso de filosofia, e o interesse acadêmico originário de Hayek incidia nas ciências naturais e não na economia. Essas diferenças de formação iriam marcar as características do pensamento de cada qual em economia científica. Também se deve assinalar que, antes da concentração em economia, eles se interessaram por ciência. Contudo, tinham uma ideia muito distinta desta. A visão de ciência marxiana era bastante

[1] Ver, a respeito, o excelente Keynes versus Hayek, de Nicholas Wapshott, em uma abordagem pouco filosófica da controvérsia. Wapshott (2016). Vide, também, Arena (1999) e Bas (2011).

[2] Barone (1935). Sobre o debate do cálculo socialista, vide Barbieri (s.d.).

[3] Na prática, a isenção é difícil. Acadêmicos que estudam Marx, marxólogos, portanto, podem deixar que sua análise se contamine da pura ideologia, rebaixando-se à condição, condenável na academia, de meros marxistas. Infelizmente, fenômeno que se observa com alguma frequência. Mas há também estudiosos tendenciosos do autor liberal. Neste ensaio, não se faz esse tipo de juízo de valor dos autores comentados. Apenas assinala-se o sociólogo R. Aron como exemplo de marxólogo por excelência. Vide Aron (2005).

[4] Sob a influência do positivo lógico em Hayek, vide Feijó (2000), pp. 130-132.

na linha da ideia de ciência alemã no século XIX.[5] Já o austríaco estava a par dos grandes avanços da física do século XX, especialmente de Einstein e dos físicos quânticos austríacos.[6] Também tinha os mais avançados estudos da época em neuropsicologia como referência.

Comparativamente, os avanços das ciências naturais que impressionaram Marx estavam totalmente superados, mesmo para a época dele. Porquanto ele ainda acreditava em teorias físicas típicas do século XIX, mas contemporaneamente já ultrapassadas, e teorias astronômicas e geológicas igualmente vencidas quando Engels publica, no ano da morte de Marx, com prévia revisão deste, portanto com a sua anuência, o *A Dialética da Natureza*.[7] Já Hayek, não apenas estava totalmente sintonizado nos avanços científicos do século XX como foi pioneiro em algumas áreas da ciência, além de antecipar futuros desenvolvimentos, como em neuroeconomia, pesquisa em inteligência artificial etc.

Levando-se em conta os importantes contrastes de formação e de compreensão da ciência e da natureza física, próprias das diferenças de época, o ensaio segue a estratégia de confrontar os dois sistemas de pensamento em três seções. Na primeira delas, apresenta-se uma síntese da epistemologia e da visão do processo econômico em Marx. A seguinte seção faz o mesmo com Hayek. A terceira, oferece uma comparação sistemática entre elas. A conclusão fecha o debate para efeito deste ensaio, mas que naturalmente continua em aberto por outros aspectos.

Epistemologia e visão da economia em Karl Marx.

A influência da filosofia de Marx vem de Hegel. É importante, portanto, resgatar uma visão não muito esquemática do legado deste grande filósofo alemão que viveu as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século seguinte. Dedicam-se alguns parágrafos a esse esforço.[8] Hegel é da geração que revoluciona o pensamento alemão na virada do século. Impactou-os os sentimentos com a Revolução Francesa, de entusiasmo seguido de horror. Na senda do *Aufklärung*,[9] as reflexões buscam por um sujeito moderno autodefinitório, em oposição à visão anterior do sujeito definido em relação a uma ordem cósmica. O objetivo da filosofia é definir o que seria um sujeito que alcança autopresença e clareza na ausência de qualquer ordem cósmica. Nessa ausência, imagina-se a autopresença alcançada simplesmente mediante a razão. Então se concebe uma visão moderna do eu, do *self*. A ciência apreende o mundo como uma ordem racional, não cósmica, e o homem é pensado nesse contexto. Para os *Aufklärer*, o *self* não pode ser definido sem a pressuposta razão. Ao lado disso, tem-se a revolução industrial e seu impacto, que começam a chegar naquela época. A ciência e a tecnologia consagram o conhecimento apenas imediatamente relevante, em oposição ao conhecimento das causas finais do sistema de crença da filosofia clássica.

Na nova visão, o mundo é um *locus* de correlações contingentes a serem determinadas por observação. Está agora desencantado, dessacralizado, *objetivado*. O mundo objetivado é mecanicista,

---

[5] Vide, a respeito, Feijó (2015): "É da influência alemã que subsiste em Marx a ideia filosófica da dicotomia entre essência e aparência. Isso estava em Aristóteles, mas no Filósofo esses polos da realidade não se comunicavam muito bem entre si, enquanto que em Marx, sob influência de Hegel, a polaridade passou a ser tida como expressão de um movimento. Tal tipo de consideração descreve sumariamente a natureza de uma ciência alemã *Wissenschaft*, em oposição ao conceito normal de ciência dos ingleses. Em diversas correspondências, Marx reconheceu a dívida para com a ciência alemã. Sob a orientação dela, ele acreditou ter desvendado o que considerava a conexão essencial subjacente aos fenômenos". (p. 311)

[6] Dentre eles, destaca-se o eminente físico Erwin Schrödinger, autor da fanhosa equação do orbital subatômico.

[7] Engels (1979). O livro contém uma montanha de absurdos científicos já desmascarados em 1883. A título de ilustração mostra-se a passagem: "Todo movimento consiste num jogo de intercâmbio entre atração e repulsão. Mas o movimento só é possível quando cada atração, isoladamente considerada, é compensada por uma repulsão correlativa, em outro ponto. Não fora assim, e um lado predominaria sobre o outro, no decorrer do tempo. E, dessa forma, terminaria o movimento" (p. 43). Essa passagem demonstra total desconhecimento dos fundamentos da mecânica proposta por Isaac Newton no século XVII.

[8] A referência principal desta exposição é o insuperável livro de Charles Taylor, recém traduzido, Hegel: sistema, método e estrutura. Taylor (2014).

[9] Termo alemão para o iluminismo.

sem causas finais, apenas com causas eficientes. É também atomista, porque as mudanças em coisas complexas devem-se a relações causais eficientes entre elementos constituintes e não a propriedades estruturais e holísticas.

O ser humano, nesse contexto, também é objetivado, pois, além de sujeito do conhecimento é um objeto da natureza. Surge um tipo de entendimento do ser humano baseado na contingência, como em Hume, Helvétius, Holbach, Condorcet e Bentham. Na Alemanha, desenvolveu-se uma atmosfera pós-iluminista ao mesmo tempo crítica dos principais temas da modernidade e almejando incorporar muita coisa dela. No período do *Sturn und Drang*,[10] filósofos alemães pensam em um sujeito que se afastou do mundo e se concentra puramente em seus próprios processos de observação e pensamento sobre as coisas. Chega-se então a um sujeito autodefinitório e a uma subjetividade atomista. Definir o homem sem relação a uma ordem mais ampla é o que os guia. Isso foi possível, em parte, graças às influências calvinistas que alcançaram a Prússia. Em nome da devoção indivisa a Deus, Calvino e seguidores ajudam a destruir o senso de que a criação é um *locus* de significados em relação ao qual o ser humano deve se definir a si mesmo.

Não obstante isso, o pensamento alemão mantém a ideia da objetividade do mundo. Define assim uma antropologia que é um amálgama da noção de subjetividade autodefinitória com a objetividade do mundo. O problema que surge é que esses dois aspectos parecem conflitar na questão do determinismo, em que a liberdade do ser humano como sujeito parece estar comprometida pela necessidade causal estrita à qual ele está sujeito como parte da natureza. Houve várias saídas para esse dilema. No entanto o próprio, Kant, o filósofo maior dentre os alemães, não encontra a solução, pois não resolve o contraste entre impulsos da natureza e demandas da liberdade.

Na solução do dilema, os alemães da época desenvolvem uma antropologia alternativa contra a objetivação da natureza humana mesmo em um mundo objetivado. Para tanto, propõem uma teoria do ser humano baseada nas categorias da expressão. Nela, a atividade humana e a vida humana são vistas como expressões. Por expressão, subtende-se o ato de realizar na realidade exterior algo que sentimos ou desejamos, como expressar nossa raiva maldizendo ou agredindo o ser humano que nos provocou. Nisso, o sujeito se expressa. Ver a vida como expressão é vê-la como a realização de um propósito não cego e que implica na realização de uma ideia e, por conseguinte, a realização de um *self*. A vida humana adequada não é apenas a concretização de uma ideia ou de um plano que está fixado independentemente do sujeito que o realiza. Antes, a vida é a dimensão adicionada que o sujeito pode reconhecer como sua própria, como tendo sido desdobrada de dentro dele.

A antropologia expressiva rompe com a objetivação da natureza humana. Em troca, oferece uma noção em que o sentimento é inseparável do pensamento, da razão. O ser humano não é um animal suplementado com uma razão, mas uma forma indivisível em que o conteúdo dos pensamentos é interno aos sentimentos. Os pais da teoria expressivista encontram uma fórmula para cimentar a fissura entre o plano da natureza objetivada e a vontade de quem atua sobre esse plano. Para tanto, a voz da natureza fala por meio da vontade. Os pensadores iluministas são censurados por terem dissecado o ser humano e, em consequência disso, distorcido a verdadeira imagem da vida humana separando razão e sentimento. A verdadeira natureza humana, pelo contrário, deve ser vista como uma corrente única de vida na qual nenhuma parte é definida abstraindo-se das demais.

Hegel insere-se nessa corrente de pensamento expressivista. O primeiro aspecto a ser notado é a repulsa à dicotomia iluminista entre espírito e natureza. Assim sendo, não há nenhuma realidade espiritual desencarnada. Outro aspecto é que ele vai além da noção de liberdade como independência do sujeito autodefinitório em relação ao controle externo. Liberdade, para ele, é autoexpressão autêntica na autorrealização, que é o objetivo básico dos seres humanos.

Na linha do pensamento de Schiller e Schelling, Hegel busca um vínculo mais profundo de unidade, que uniria a simpatia inter-humana com o seu mais elevado autossentimento, no qual os interesses humanos supremos são compartilhados e tecidos numa vida comunitária, mais do que mantidos como reserva de indivíduos. Assim, a perspectiva expressivista de Hegel critica a visão

[10] Literalmente "tempestade e ímpeto", a revolução na literatura e na filosofia alemãs que foi decisiva para o futuro de sua cultura. Dentre seus protagonistas, destaca-se o filósofo Herder, de grande influência sobre Goethe.

iluminista de sociedade composta de sujeitos atomizados, moralmente autossuficientes, que estabelecem relações externas uns com os outros buscando vantagens para si. Além da demanda por liberdade e por comunhão com o ser humano, viceja também duas outras demandas: por unidade e pela comunhão com a natureza.

No campo da moral, Hegel foi além do argumento transcendental de Kant, no qual o sujeito extrai seus preceitos morais de sua própria vontade, e não de uma fonte externa. A fonte é interna; a motivação interior do dever, que é a coroa da vida moral. O imperativo moral é categórico, nos obriga incondicionalmente, de modo que independe da felicidade e do prazer. O cerne dessa filosofia moral é a noção radical de liberdade; porquanto a lei puramente formal, que obriga pela vontade racional, torna o sujeito independente de todas as considerações e motivos naturais e da causalidade natural que os governa. A autonomia do homem no plano moral, dada pela razão pura, no entanto, conflita com o aspecto do ser humano como ser natural, que tem desejos e inclinação. Não se pode esperar, alega Hegel, que tais aspectos sempre se entrosem perfeitamente com as demandas da moralidade. E nem é bom que haja uma paz definitiva entre razão e inclinação, pois Hegel acredita que a liberdade se nutre justamente desse contraste. Então o projeto hegeliano busca conciliar a liberdade radical kantiana com a teoria expressivista do ser humano.

Na década de 1790, para Hegel e os intelectuais jovens alemães as duas ideias, de liberdade radical e de expressão, ganham uma tremenda força. A sociedade alemã, em transformação, busca nova identidade. A velha ordem estava ruindo em outras partes da Europa e nascia uma nova ordem suscitada pela Revolução Francesa. O período de Terror dessa Revolução desperta, entre os alemães, sentimentos ambivalentes. Sentia-se que um grande avanço era eminente, mas tinha-se dúvida se os eventos tumultuosos em França estariam unindo os ideais de liberdade radical e de expressão integral. Um dos fundamentos da esperança foi o idealismo total de Fichte, que enfatiza a liberdade moral, e, como tal, não consegue satisfazer a demanda por expressão integral. Outra abordagem seminal foi empreendida por Schiller, na qual o instinto formal, que procura conferir ordem e forma à experiência, se contrapõe ao instinto sensível, que impele o sujeito a experimentar o sensível. Um terceiro instinto, a forma viva, que equivale à beleza, une indissolutamente essas duas funções, em que o desejo espontâneo cumpre as exigências da liberdade. O ser humano, portanto, recupera a sua unidade na dimensão estética.

Em ambos, Fichte e Schiller, falta um fundamento ontológico para essa unidade. Se o aspecto mais elevado do ser humano, a sua liberdade moral, afigura-se mais do que uma harmonia passageira com o seu ser natural, é porque a própria natureza deve tender para o espiritual, a natureza não é apenas o objeto da consciência fenomênica. Agora percebe-se que a própria natureza é algo que tem uma propensão para realizar objetivos espirituais. Se concebermos a natureza em termos de forças cegas ou fatos brutos ela jamais poderá fundir-se com o ser humano racional, autônomo. É necessária, portanto, que toda a ordem, dentro e fora do sujeito, tenda, por si mesma, para objetivos espirituais.

Postular um princípio espiritual subjacente à natureza leva a postular-se um sujeito cósmico, um *Geist*. Fichte estava se dirigindo a esse ponto, mas parou antes de chegar lá. Hegel investigou a fundo essa ideia. Para ele, enquanto virmos a natureza simplesmente posta como realce para o sujeito em sua autorrealização, a unidade real de sujeito e objeto só pode suceder se a natureza for uma expressão de subjetividade por seu próprio direito, uma realidade espiritual independente que, por si mesma, pode vir a realizar sua unidade com liberdade. Espinosa já havia fundamentado a natureza em uma substância cósmica. Mas falta nele um fundamento ontológico para a unidade de liberdade e natureza na união de subjetividade finita e um princípio espiritual do sujeito cósmico. Hegel trata de fazer a síntese entre Fichte e Espinosa.

Seguindo os passos de Schelling, que conferiu expressão filosófica à ideia de natureza como espírito em repouso, mas afastando-se do pensamento romântico, Hegel oferece a noção de que o Absoluto é sujeito, levando assim, até o fim, os requisitos da unidade entre liberdade radical e expressão integral. A síntese de subjetividade e natureza acarreta que se postule uma subjetividade cósmica. E a reflexão se desloca para o estudo da relação entre esse espírito cósmico e os espíritos finitos, os seres humanos. O que seria o espírito cósmico? Idêntico ao ser humano em seu grau mais elevado? Um ego absoluto? A fórmula de Hegel para a explicação desse espírito pode ser resumida

assim: a ideia do microcosmo compreende a noção de que a consciência humana não só reflete a ordem natural, mas também a completa ou aperfeiçoa. O espirito cósmico que se desdobra na natureza almeja completar a si próprio no autoconhecimento consciente, e o *locus* dessa consciência de si é a mente do ser humano. O ser humano faz mais do que refletir a natureza completa em si. Ele é antes o veículo pelo qual o espirito cósmico leva à completude a autoexpressão. O poder subjacente na natureza, como espírito, atinge sua expressão mais plena na consciência de si. O espírito atinge essa consciência de si no ser humano, que vê a si mesmo não como fragmento individual do universo, mas antes como veículo do espírito cósmico. E assim pode alcançar a maior unidade possível com a natureza, com o espírito que se desdobra nela, e a autoexpressão autônoma mais plena possível.

O espírito, ou *Geist*, de Hegel não é um Deus, porque vive como espírito unicamente através dos seres humanos. Porém, ao mesmo tempo, ele não é redutível ao ser humano, não é idêntico ao ser humano, já que ele também é a realidade espiritual subjacente ao universo como um todo.

Essa belíssima construção filosófica representa, sem dúvida, o ápice das reflexões que instigaram os jovens filósofos alemães de fim do século XVIII, especialmente do movimento romântico. Hegel apoiou-se nos ombros de gigantes da filosofia alemã, como Fichte, Schiller, Schelling, na solução do dilema entre liberdade radical e expressão integral. A ideia de *Geist* foi a melhor fórmula que os alemães puderam conceber. Importa, neste ponto, examinar brevemente certas implicações da filosofia de Hegel e conjectura-se como ela pôde servir de referência a um filósofo radical como Marx.

O primeiro aspecto que cabe investigar é a visão da natureza humana, e do ser humano, que se pode extrair dessa imponente construção filosófica. Já se antecipou aqui que a ideia do *Geist* permite conciliar liberdade e subjetividade humanas. Mais do que isto, ela sustenta esses dois ideais no grau máximo de realização, do ponto de vista filosófico. Na noção do Absoluto enquanto *Geist*, o ser humano, como ser espiritual, está relacionado com um esquema mais amplo de atividade espiritual. A vida ética não se explica, como em Kant, pela forma necessária da razão, mas apenas pensando-se o ser humano como parte de um esquema mais amplo. Mesmo relacionado a tal esquema, ainda assim o sujeito humano mantém sua autonomia, mas para tanto, para se evitar a recaída na heteronomia, deve-se reavaliar o lugar da autonomia antropocêntrica na visão total das coisas. Autonomia é reencontrar a unidade com uma corrente mais ampla da vida; além disso, o ser espiritual busca reunir-se com o todo ao reatar contato com um espírito cósmico. A autonomia humana mantém-se porque o homem está separado do *Geist*, mas para sua plena realização é preciso encontrar a unidade expressiva com a natureza. A autonomia centrada no ser humano não é o objetivo absoluto, ela precisa ser situada numa síntese mais ampla.

Vejamos agora os desdobramentos políticos desta construção filosófica. O próprio Hegel, na juventude, é possível que tenha sido bem radical. Sem desejar reeditar a Revolução Francesa na Alemanha, em parte em reação aos horrores da fase jacobina, ele era favorável a uma mudança política de grande alcance em seu país, visando à igualdade e à representação popular. Não obstante, o Hegel maduro de modo algum foi um radical em termos políticos. Mesmo desconfiando do impulso da economia capitalista, e acreditando nos princípios do movimento de 1789, o filósofo mantinha preocupada desconfiança na multidão agindo por fora de qualquer quadro institucional, e uma visão particularmente crítica da ação deliberada na transformação política. A regeneração do sistema político deve ser levada a cabo por meio da transformação nas crenças. Em conexão com o *Geist*, a concretização do destino dos seres humanos está em curso. Cabe-lhes reconhecer e viver de acordo com isso. A transformação da consciência não pode apenas ser contraposta a uma transformação da realidade, ambas estão interconectadas. As transformações sociais e políticas devem ser discernidas e, por conseguinte, aceitas e vividas no espírito correto.

Hegel adere a uma concepção antropocêntrica de regeneração que acompanha a perspectiva de uma transformação das instituições a fim de realizar o fim desejado. Em parte, a transformação é deliberada. Contudo, com o desenvolvimento da noção de *Geist*, como um sujeito maior do que o ser humano, ele oferece uma noção de processo histórico que não pode ser explicada apenas em termos de propósitos humanos conscientes, mas, principalmente, pelos propósitos maiores do próprio espírito cósmico.

As transformações nas instituições sociais são fundamentais para que o ser humano cumpra o seu destino, mas embora elas sejam efetuadas por ele, o sujeito homem não compreende plenamente o papel que esteja desempenhando até depois de as terem realizado. Contra a "astúcia da razão", Hegel propõe um entendimento retrospectivo da história. O sujeito da história não é o ser humano, mas o *Geist*. Cabe ao sujeito homem reconhecer o que *Geist* tem em curso e conectar-se a isso.

Em suas famosas 11 *Teses sobre Feuerbach* (contra ele), na última delas Marx (e Engels) escreve(m) que "*os filósofos apenas interpretaram o mundo diferentemente, importa é transformá-lo*."[11] Foi contra a interpretação da história hegeliana que Marx protestou. No entanto, ele não rompera com a filosofia de Hegel. No Tomo I de *O Capital*, consta a famosa passagem em que Marx afirma:

> *"Meu método dialético é fundamentalmente não só diverso do hegeliano, como seu oposto direto. [...] A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede de modo algum que ele tenha exposto suas formas gerais de movimento pela primeira vez de forma abrangente e consciente. Ela está para ele de cabeça para baixo. Deve-se invertê-la, para descobrir o caroço racional do envoltório místico."*[12]

Marx denomina o método hegeliano de dialético. A dialética é um aspecto do pensamento de Hegel, mas não o descreve como um todo. Não toca nas questões anteriormente abordadas neste ensaio. A dialética foi aplicada por Hegel na compreensão das relações entre os espíritos finito e universal e nas transformações, com o tempo, deste último. Nesse âmbito, a lógica dialética (essencialmente é disso que se trata, do uso de uma lógica específica) é aplicada na explicação do motor das transformações do *Geist*, do conteúdo de visões, crenças, ideias e estruturas que o constitui em cada estágio de sua trajetória histórica.

Marx reconhece que, com o uso dessa técnica, Hegel pôde expor adequadamente as formas gerais do movimento do espírito infinito. No entanto, classifica a análise filosófica hegeliana de "mística". Contra esse imputado misticismo, ele dá um passo ousado em aplicar o esquema hegeliano (o método) no estudo das condições materiais da existência humana, o que os *marxistas* denominam de "materialismo histórico e dialético". O método de pensamento do grande filósofo da passagem de século é aplicado por um pensador do século seguinte (XIX) no objeto da economia política dos ingleses. Ora, o uso do método em outro objeto fora da filosofia já tinha sido aplicado, e com notável êxito, pelo discípulo predileto de Hegel, o próprio filósofo Ludwig Feuerbach, contestado nas *Teses*. Este utilizou o método de pensamento hegeliano num estudo crítico da teologia cristã (de base católica) e do sistema de crenças dessa religião. Marx pretendera fazer o mesmo com a economia científica da época.

A título de demonstração do tipo de análise empreendida com essa técnica, Feuerbach, por exemplo, identifica, na análise do cristianismo e de seu sistema de crenças místicas, que o Deus pai representa a pessoa do poder intangível, inalcançável pelo sentimento humano, que não se comunica diretamente. Se o Deus é a pessoa sem o sentimento, o Espírito Santo representa o sentimento puro, sem a existência num ser. A dialética reconhece nessas pessoas os opostos entre o ser onipotente que humanamente não se alcança e o sentimento puro que não é ser. A dialética, na análise de Feuerbach, identifica a síntese desses opostos na figura do filho, o Cristo, que assume a forma de ser humano, de pessoa que sente e que está ao alcance do sentimento, o que ama e o que sofre (a paixão), o que se comunica diretamente com os homens (e com o próprio Deus). Esse tipo de análise dialética é aplicada em diversos momentos no penetrante estudo da teologia cristã. No campo da economia política, Marx, na edificação de um estudo notável, que o consumiria por toda a vida, persegue o exemplo de sucesso de Feuerbach. Assim é que, também a título de exemplo, o valor de uso e o valor de troca, conceitos centrais da análise dos economistas da época, são tidos como polos antagônicos da mercadoria. O primeiro é o valor enquanto bem que satisfaz no consumo, o segundo manifesta o seu poder de compra em face de outra mercadoria. A síntese concebida incide no conceito de valor, substancia social, *quantum* de trabalho abstrato.

---

[11] Marx, Engels (2007-b).

[12] Marx (1983), pp. 20-21.

Como na análise da religião cristã pelo outro, que estende o uso do raciocínio dialético a diversos outros aspectos da temática, Marx também prossegue aplicando a dialética, o tipo de lógica, a diversos aspectos da economia e da história humana. Esquematicamente, o sistema econômico é interpretado como uma formação histórica, o modo de produção. Este tem por substrato o processo econômico, com as técnicas de produção e as relações humanas nela, e deriva sempre um mundo de ideias e de estruturas compatíveis, uma superestrutura de pensamento e instituições. A dialética opera, neste caso, nas relações entre o lado material e o lado organizacional da economia. Assim é que as forças produtivas estão em antagonismo com as relações de produção. A síntese de opostos leva ao inexorável curso da história em que a cada estágio enseja-se a mudança no sentido de novo modo de produção.

Marx é tributário, também, do materialismo de Feuerbach. Aquele o recebeu mas criticou-o por ser defeituoso. O materialismo tem uma longa tradição no pensamento filosófico e tinha sito objeto de estudo na tese de Marx sobre os dois filósofos gregos. Desde o século XVII, emergira, na Europa, o debate sobre a existência de substâncias distintas que comporiam o mundo físico e o mundo das ideias. Descartes popularizou a ideia de que uma substância distinta, não presente na coisa física, participa da mente humana e dos pensamentos que se derivam dela. O filósofo francês seria então um *dualista* e os materialistas estariam na perspectiva *monista*. Haveria uma única substância no mundo e todas as coisas, incluindo-se a consciência e o pensamento, são o resultado de interações na matéria física. Na linha do materialismo, para Marx todos os fatos da realidade física e em sociedade deveriam ser explicados pela ação da matéria. O próprio pensamento seria acarretado por essa ação, contudo, na produção dele a matéria primeiro faz o homem agir em sociedade, exercer atividade humana "real e sensível", a fim de obter cognição. Ou seja, a matéria não gera conhecimento pela capacidade abstrata de o ser humano produzir teoria, da simples contemplação, por ele, da coisa objetiva que compõe a realidade externa. O pensamento é formado como um subproduto da atuação do homem na vida produtiva no contexto social. A substância matéria, depois de formar seres vivos sensíveis, organiza a economia e a vida social para em relação a isso, e nesse processo, formar a reflexão individual. O defeito do materialismo de Feuerbach estaria na crença de que a matéria organiza diretamente o pensamento.

O projeto materialista de Marx lança dois desafios: o primeiro é explicar como o pensamento surge da matéria, que remente à relação entre mente e cérebro. Esse item da agenda não foi explorado por ele, até porque no século XIX se conhecia muito pouco a respeito. O outro desafio, que o ocupou, consiste em explicar como a matéria, que faz o ser inteligente produzir para sobreviver, faz também com que, ao se relacionar para tanto, gere, no ser humano, um complexo de pensamentos e de estruturas abstratas. Com efeito, ambos os aspectos não são independentes e um terceiro foco de abordagem poderia analisar como a atividade social altera o cérebro e como este condiciona a mente.

O enfoque sobre cognição e atividade social levou-o a rotular Hegel e sua filosofia de *idealista*. Não que Hegel não aceite o materialismo. Talvez este não descreia de que a matéria seja capaz de produzir o pensamento no espírito finito, o ser humano.[13] A hipótese da existência do espírito cósmico, o *Geist*, é que seria mera idealização. Marx é contundente a respeito: o *Geist*, se é que exista, não teria autonomia, história e nem desenvolvimento próprio. Somente na produção material se edifica o pensamento, pois:

> "*Os homens que desenvolvem sua produção material e sua circulação material trocam também, ao trocar esta realidade, seu pensamento e os produtos de seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.*"[14]

Na ausência, em Marx, da fórmula hegeliana do *Geist*, a busca de liberdade humana e expressão integral tem de ser feita por outro caminho. Na nova fórmula, ambos os valores seriam alcançados pela superação da economia burguesa de mercado. Neste ponto, surge a espinhosa questão sobre o que o homem deve fazer para libertar-se dessa sociedade. Ora, assim como no desenvolvimento do *Geist* em Hegel, Marx mantem a dialética como processo *endógeno* que comanda a

[13] Nesse sentido, a oposição entre materialismo e idealismo não se sustenta.
[14] Marx, Engels (2007-a), p. 49.

mudança. Na concepção dita materialista da história, a própria estrutura social, que condiciona a produção e a troca, acarreta, com o tempo, a mudança na sociedade. Tal mudança começa por afetar as ideias que os homens nela inseridos formulam, mas é a própria mudança na maneira de produzir e trocar que levaria à ruptura final da sociedade de mercado. Destarte, não seria necessário um ativismo social em prol da superação do velho sistema. A economia, e não a filosofia, constitui o verdadeiro motor da transformação imaginada pelo materialismo histórico.

Contudo, por outro lado, Marx é um ativista. Diferentemente de Hegel, ele acredita na astúcia da razão, que o ser humano, bem iluminado pela verdadeira teoria da história, deveria se organizar e lutar pela revolução comunista. Estes dois resultados do pensamento marxiano são de fato contraditórios e, quiçá, inconciliáveis.[15] O que interesse aqui, no entanto, é acompanhar a implicação do estudo da economia capitalista pelo método dialético, e como este estudo pôde identificar o ponto de ruptura do sistema.

Na verdade, curiosamente, Marx, em sua obra máxima, não identifica nenhum ponto de implosão do sistema produtivo burguês, a despeito de crises de produção e de consumo. Esse aspecto interessante de *O Capital* depõe a favor de um Marx autenticamente cientista. Porque ele não condicionou sua análise, e os resultados de sua investigação, ao ideal político. Não estava apenas justificando suas crenças, reforçando-a em um estudo entretido. Ele se via fazendo ciência e procurou se comportar como um cientista sério. Então não encontra o tal ponto de ruptura.

O que Marx oferece em economia? O primeiro aspecto de seu sistema é a forte afinidade com o legado de David Ricardo. De fato, como na provocativa síntese de Schumpeter, Marx foi um ricardiano de esquerda. No entanto, injetar dialética no sistema clássico de pensamento econômico fora tão revolucionário como introduz esse método no exame da teologia cristã por Feuerbach. Marx oferece uma análise econômica do capitalismo de cunho funcionalista. Numa explicação funcionalista, o ser humano é mera peça funcional de uma engrenagem (a sociedade) que opera segundo suas próprias leis.

Explicações funcionalistas são típicas da biologia, mas também são aceitas nas ciências sociais. Num sentido mais fraco que em Marx, Adam Smith também se vale de certo funcionalismo. Na metáfora da mão invisível, embora persiga seu próprio benefício, o indivíduo é levado a favorecer a sociedade, pois de suas escolhas gera-se um ótimo alocativo e um ótimo de riqueza. De fato, toda a tradição do iluminismo escocês segue a ideia, formalizada em Adam Ferguson, das consequências não intencionais da ação humana em sociedade. A mão invisível conduz a uma boa consequência, mas há também efeitos não intencionais adversos, não descrito por essa metáfora, como as quedas de salário e lucro, a retração do investimento, e tudo isso já aparecia no esquema dos clássicos anteriores a Marx.

No entanto, os filósofos do iluminismo escocês buscavam explicar os fenômenos sociais, sua estrutura e sua mudança, apenas em termos dos indivíduos, de suas características, fins e crenças. Seguindo assim um tipo de explicação que se tornou conhecida na literatura como individualismo metodológico.[16] O próprio Marx reconhece a importância de se considerar a ação dos indivíduos na explicação social. Escreve ele (e Engels), em *A Sagrada Família*: "*A história não é senão a atividade dos homens na busca de seus objetivos*".[17] No entanto, ele formula especulativamente teses de amplo alcance sobre as macroestruturas do capitalismo, e as mudanças de longo prazo, sem uma descrição detalhada dos mecanismos que operam no âmbito do indivíduo que age. E sua análise, o capital e outras entidades abstratas atuam como sujeitos de fenômenos sociais que se comportam como totalidades que não são explicadas com base na ação dos agentes. Não se explica o maior pelo menor, o mais complexo pelo mais simples, a economia não é explicada pelos comportamentos individuais, o contrário, explicam-se estes por ela.

Conforme nos ensina Jon Elster, a explicação funcionalista da sociedade deve ser vista com muita reserva, principalmente quando não se demonstra como o padrão de comportamento se mantém

[15] A mesma dúvida é lançada por Aron em *O Marxismo de Marx*. Aron (2005).
[16] Vide Elster (1989-b).
[17] Marx, Engels (2003).

pelas consequências que gera. Na metáfora de Smith, a mão invisível conduz à prosperidade; e, mesmo que o agente homem não o perceba, a riqueza gerada na sociedade convence-o da adequação de perseguidor o autointeresse. Contudo, não fica muito claro, na explicação da alocação espontânea eficiente descrita pela metáfora, como atua, na sociedade de mercados, o processo retroalimentado. E muito menos ainda em Marx, que efetivamente não demonstra a existência de um efeito que atue como causa na manutenção do curso de ação previamente escolhido pelos agentes. Se o ciclo de retroalimentação não é demostrado, mas apenas postulado ou tacitamente suposto, enfraquece-se a explicação fornecida. Isso não invalida, porém, todo tipo de explicação funcionalista na economia científica.

Paulani chama a atenção para o fato de que o funcionalismo de Marx não postula uma *ontologia* para o agente homem, confere-lhe um *status* mais fraco.[18] Na análise marxiana da economia, o fato de o benefício (ou malefício) das consequências não intencionais da ação humana incidirem não no próprio sujeito que age, mas em alguma instância superior que escapa do âmbito individual, tal instância faz com que ele tenha pouca ou nenhuma autonomia. Ela age como o verdadeiro sujeito que se beneficia da ação dos agentes que condiciona. Em Marx, assume-se que o comportamento humano na economia é mera função das estruturas nas quais o agente se insere. Viceja, portanto, uma instância superior que explica o comportamento do indivíduo, explica sua funcionalidade na manutenção do sistema. Nessa explicação, o agente, portanto, é rebaixado da condição de sujeito pleno para a de mero funcionário das estruturas. Ele apenas pensa que tem autonomia e que age por conta própria.

É nesse tipo de explicação funcionalista, crítica do capitalismo, que Marx busca reposicionar a preocupação com a liberdade plena e a expressão humana integral. No capitalismo, o sujeito homem não é verdadeiramente sujeito, mas apenas indivíduo que age sem autonomia. Apenas as estruturas sociais, entidades maiores que os indivíduos, são consideradas sujeitos ontológicos. Como o agente não seria, de fato, o sujeito da ação, não se lhe confere *ontologia*. Então o modelo de explicação marxiano é *funcionalista não ontológico*.

Outro aspecto da explicação de Marx, que chama muito a atenção, é sua "astúcia da epistemologia". Ele e seus seguidores acreditam que puderam desvendar uma realidade que operava, mas era desconhecida a todos os pensadores antes dele. Em analogia à pesquisa de Feuerbach, que desvendara, com sua reflexão dialética, muitos séculos de crença alienada no cristianismo, Smith, Malthus, Ricardo, Mill, Say e tantos outros expoentes do pensamento econômico clássico seriam, em Marx, representantes do pensamento burguês, incapazes de exibir o verdadeiro propósito do funcionamento de uma economia de mercado, e, com isso, fornecer a única explicação verdadeiramente científica do conhecimento. Trata-se de enorme pretensão, mas interessa expor suas bases.

A "astúcia da epistemologia" relaciona-se com a "astúcia da razão" marxiana, mas não descrevem a mesma coisa. Esta última relaciona-se à crença na capacidade cognitiva do homem. Capacidade de compreender todos os fatos sociais e de mudar a realidade social por um ativismo revolucionário. A astúcia epistemológica de Marx diz respeito a outro aspecto, ele acusa os economistas burgueses de limitarem-se a um saber meramente experimental, que se detém na superfície do fenômeno econômico, na aparência dele. Haveria, portanto, uma essência metafísica do processo a ser desvendada na explicação. Em que pese a complexidade do sistema de livres mercados e propriedade privada, a análise marxiana arroga-se capaz de penetrar as estruturas profundas da economia "burguesa" e revelar a sua perversidade. Ora, dado o privilegio epistemológico, segue-se a astúcia da razão em pretender transformar deliberadamente a sociedade pela ação revolucionária.

Antes dele, os economistas supostamente estariam presos a uma ciência positiva, exclusivamente experimental, presa apenas aos atributos do mundo fenomênico. Trata-se da postula metodológica que Marx rebaixou como sendo a da ciência vulgar, a que apreende somente os nexos aparentes entre os fenômenos e que oferece apenas um entendimento superficial da realidade cotidiana experimentada. A análise marxiana, em contraste, só ela pôde decifrar o processo inconsciente, cego e alienado de regulação, fundado em seus conceitos fundamentais de mercadoria,

[18] Paulani (2005), p. 94.

trabalho abstrato e mais-valia. Em notável semelhança ao trabalho de Feuerbach em desvelar a alienação do crente cristão em sua inversão religiosa sujeito-objeto, Marx pôde supostamente situar a mesma inversão no fetichismo da mercadoria. Assim é que, em ambos, a análise dialética seria capaz de apontar a alegada inversão.

Na explicação marxiana, por fim, situa-se a inversão sujeito-objeto na ingenuidade de outros economistas clássicos, em não notarem que o processo mercantil se afigura a aparência natural de um sistema dinâmico e eficiente de criação de riqueza que, em sua essência, apoia-se em um antagonismo social terrivelmente dilacerador.

A fórmula dessa epistemologia pretensiosa é atraente, mas não há nenhum consenso sobre o seu caráter científico. Aceitá-la tal como a formulou Marx em sua época, trabalhando quase isoladamente em uma existência pobre e marginalizada, produzindo fora da interação direta com pares acadêmicos de alto nível, é quase um ato de fé, puro *marxismo*. Na verdade, muito do que Marx formulou deve ser pensado como um modelo teórico. E como todo modelo revela apenas um aspecto de uma realidade estilizada. A realidade econômica e o processo social são muito mais complexos do que o imaginado por Marx.[19] E o capitalismo já não é mais o sistema econômico do século XIX, para o bem e para o mal.

Epistemologia e visão da economia em Hayek.

Para o austríaco, o ser humano na economia de mercado tem *ontologia*, pode-se aceitar a tese de que ele é o efetivo sujeito da ação, que é soberano, que sua autonomia é real, não uma ilusão. A sociedade, suas estruturas e tudo mais o que lhe concerne, é resultado do agir intencional, consciente e deliberado do sujeito humano. Nesse sentido, mais que um individualista metodológico, ele é um individualista *ontológico*. Por outro lado, retendo aspectos da tradição de Smith, de Adam Ferguson e outros iluministas escoceses, o individualismo hayekiano aceita certo funcionalismo, mais fraco que o de Marx.[20] De fato, o funcionalismo de Hayek convive bem com seu individualismo metodológico porque admite o individualismo, visto que reconhece a primazia do ser humano, sujeito que age, e, não obstante isso, reconhece também que o comportamento humano produz, em sociedade, resultados não intencionais, que não foram pretendidos pelo agente e que podem vir a determinar o comportamento dele.

As explicações hayekianas do processo econômico e social, portanto, têm como base, e como ponto de partida, decisões individuais particulares e subjetivas dos agentes. O *subjetivismo* descreve um aspecto central de suas contribuições. A perspectiva metodológica origina-se em longa tradição de pensamento. Ela também se faz presente em outro expoente da escola austríaca da economia, Ludwig von Mises. Embora ambos os autores guardem proximidade de ideias, as referências para o subjetivismo de Hayek também decorrem de outras fontes, em especial de seus estudos em psicologia teórica.[21] No individualismo metodológico *ontológico* e *subjetivista* de Hayek, teorias devem explicar o comportamento humano em termos de motivos individuais e da ação. Em sintonia com a microeconomia tradicional, pode-se imaginar, em seus modelos, indivíduos que realizam escolhas com base em suas preferências. Os preços relativos dos bens são determinados pela avaliação que os agentes fazem deles e pela intensidade do desejo de adquiri-los. No caso dos juros, um preço especial, considera-se também a preferência temporal dos agentes. Além disso, no entanto, às explicações econômicas exige-se que se considerem fundamentalmente o papel das instituições sociais.

O aspecto principal das instituições é que elas geram comportamentos regulares que são guiados por normas. Assim o sujeito homem age racionalmente, procurando atender a seus objetivos

[19] Por exemplo, a socialização coisificada pela mercadoria não descreve todos (e talvez nem os principais) os aspectos sociológicos, e muito menos econômicos, do processo de interação dos agentes no mercado.

[20] Elster (1989-a) explica o que seria, metodologicamente, o "paradigma funcional fraco", que, segundo Paulani, enquadra as explicações funcionais de Smith e Hayek. Marx, para a mesma autora, segue o "paradigma funcional principal" definido por Elster. Cf. Paulani (2005), p. 96.

[21] Sobre as diferenças epistemológicas entre eles,vide Feijó (2000).

subjetivos e, ao mesmo tempo, é guiado por normas. O individualismo metodológico de Hayek, na ênfase da escolha racional deliberada, não é incompatível com a explicação de que as normas sociais atuam como um mecanismo motivacional da ação.[22]

A influência de Mises em Hayek incide fundamentalmente na aceitação comum de que a análise econômica deve explicar de que modo a busca de propósitos rege o comportamento humano. Em Mises, o comportamento propositado é um axioma da ação humana: o comportamento humano é sempre voltado para a relação meio-fim, em que o fim, pensado como a remoção de um desconforto, é alcançado pela escolha de meios adequados. Comportamentos não-propositados seriam então respostas puramente automáticas, instintivas, do tipo arco reflexo - reação imediata à excitação de um nervo, sem a vontade ou consciência do animal, ou seja, um estímulo que não chega até o encéfalo, que recebe resposta na medula. Já a ação humana envolve o encéfalo. Comportamento automático é comandado apenas pela medula.

Na explicação de Mises, os fins não são apenas fornecidos aos agentes. Porquanto o próprio agente busca por quais fins ele deve se empenhar. Os fins dependem da percepção do agente. E também os meios. Não há uma única via de ação maximizadora como na microeconomia tradicional. O agente escolhe a ação mais adequada para afastar o desconforto e ficar em situação melhor. E tal ação não é ditada apenas por conhecidos teoremas da microeconomia. Trata-se do *Homo agens* de Mises, em oposição ao *Homo economicus* de Stuart Mill.

No esforço de pensamento de Mises, fornece-se uma explicação da ação humana voltada à compreensão do mundo, sem muita preocupação com a previsão e a manipulação dele. Mises trabalha com uma ideia interessante, muito utilizada hoje em dia em exercícios de simulação: o uso de contrafactuais. Assim sendo, não lida apenas com eventos já pressupostos ocorridos, com um dado estado do mundo manifestado. Lida também com o que ocorreria como efeito da intervenção propositada do indivíduo, na relação entre esta e os diferentes estados da natureza possíveis de serem realizados no próprio curso da ação. Ocupa-se, portanto, com proposições contrafactuais, não observadas.

Hayek mantem uma relação intelectual estreita e frutífera com Mises. Mises influenciou suas crenças políticas, afastando-o das ideias do socialista moderado do movimento fabiano inglês em prol de concepções liberais. Também o estudo da *praxeologia*, a ciência da ação humana de Mises, foi aceito por ele. Contudo, o subjetivismo de Hayek desenvolveu-se em outra direção. A abordagem formal de Mises, que aplica a lógica dos conceitos e dos predicados no estudo da ação humana, foi suplementada pelos estudos psicológicas da mente humana.[23] Estudos que se utilizaram sobremaneira da ideia de ordem. O enfoque de Hayek é empírico e menos focalizado na pura análise lógica, no entanto, as duas perspectivas se harmonizam, sem nenhum conflito entre elas.

Hayek também deve muito a Carl Menger, o pai fundador da escola austríaca de economia, no qual a ideia de ordem social orgânica é central. Por orgânica, no caso, refere-se a organizações complexas fora do campo da biologia, nas quais associações de pessoas, regras, leis e elementos estruturais atuam e interagem entre si como os componentes de um organismo. Menger advoga que se tenha entendimento ao interferir nessa ordem. Na economia, a ordem serve para atender a necessidades humanas. Trata-se de um processo contínuo de criação e de expansão delas e da possibilidade de atendê-las com a produção de bens econômicos na medida em que avançam a tecnologia e a capacidade de planejamento. A ordem surge espontaneamente, gera benefícios a atores

---

[22] Elster (1989-b): "*To accept social norms as a motivational mechanism is not to violate methodological individualism. [...]To accept social norms as a motivational mechanism is not to deny the importance of rational choice. One eclectic view is that some actions are rational, others are norm-guided. A more general and more adequate formulation would be that actions typically are influenced both by rationality and by norm. Sometimes, the outcome is a compromise between what the norm prescribes and what rationality dictates.*" (p.102)

[23] Feijó (2000), p. 126. Feijó denomina a ênfase na análise de conceitos da praxeologia' de Mises de abordagem racionalista no estudo da ação humana.

sociais, que podem corrigi-la pontualmente, mas não são eles capazes de construir outra ordem com o mesmo grau de eficiência em simples exercício de engenharia social.[24]

Este ponto, levanta uma questão fulcral sobre a teoria da ordem espontânea em Hayek e a possibilidade de intervenções deliberadas nessa ordem. O sistema de economia de livre mercado resulta das interações entre as ações dos agentes e funciona como um complexo descentralizado. Apresenta um tipo de complexidade que jamais pode ser suficientemente conhecido (argumento contra a pretensão do conhecimento). O que não significa que, diante da ordem complexa, o ser humano, que se insere nela, tenha de se resignar. Pode-se intervir nela, contanto que se possa preservá-la. Cabe aos homens respeitar e melhorar as regras que conduzem à formação da ordem espontânea. Trata-se, de uma conclusão conservativa, mas não politicamente conservadora, porque nada impede que os homens atuem pontualmente a fim de aperfeiçoá-la.

Em suma, o individualismo metodológico de Hayek assimila o subjetivismo, o papel das instituições sociais e a constatação da existência de ordens espontâneas. Sobre o primeiro aspecto, o subjetivismo, a importância dessa orientação para a análise da economia é enfatizada, de maneira lapidar, na famosa passagem em *Cientismo e o Estudo da Sociedade*: "*Todo avanço na teoria econômica nos últimos cem anos implicou em um passo adiante na aplicação consistente do subjetivismo*."[25]

No subjetivismo, a ênfase recai no mundo interno da subjetividade do agente. O reino da conduta, na expressão do economista filósofo americano Frank Knight, em que importam os interesses, a motivação e os propósitos do agente. O subjetivismo procura tornar o mundo inteligível em termos de motivos humanos, propósitos subjetivos nem sempre diretamente observados, como opiniões e atitudes. Assim o sistema de mercados não pode ser compreendido apenas concentrando-se na análise dos preços. No famoso artigo *Economia e Conhecimento*, de 1936, Hayek critica a teoria do equilíbrio geral de sua época em seu caráter de construção estática, pergunta então: "*Até que ponto a análise econômica formal contém qualquer conhecimento sobre o que acontece no mundo real?*"[26]

Além do equilíbrio do agente, no sentido de plano individual realizado, há de se explicar, também, como as atividades planejadas por cada qual são realizadas, todas elas, em um processo em que as ações de um interagem com as dos demais. E, nesse processo, como os preços são constantemente descolocados até que se alcance um equilíbrio temporário; na crença de que, no mesmo processo, forças de mercado geram correções espontâneas no padrão de alocação dos bens pelos agentes.

A análise de equilíbrio enfoca as possibilidades lógicas das relações econômicas. Hayek estuda o processo equilibrador, a natureza e o comportamento das forças que conduzem ao equilíbrio, como atuam e como o conhecimento é adquirido no processo de mercado. Quanto a este último aspecto, o sistema de equações da análise do equilíbrio geral, em si mesmo uma tautologia, ganha poder explanatório quando se examina o processo de aquisição e de transmissão do conhecimento requerido para o funcionamento do mercado. No estudo do processo de se alcançar o equilíbrio, pensa-se o que ocorre quando os mercados estão fora desse ponto. Hayek rejeita a descrição simplista de Walras em que um leiloeiro, que não é nem o comprador e nem o vendedor, coordena as opções individuais dos agentes sequencialmente colocadas.[27] A hipótese walrasiana é criticada metodologicamente como sendo um recurso *ad hoc* para se explicar a coordenação dos agentes pelo mercado. Trata-se da imposição de um "princípio de coerência global" exógeno e estranho, que, se adicionado, violaria o próprio individualismo metodológico.

Hayek aprofunda a investigação do processo de coordenação pelo mercado. Um aspecto chave no estudo da coordenação é a existência de conhecimento imperfeito dos agentes. Isso fica mais evidente num enfoque de *economia subjetiva*. Aqui muitos dos parâmetros básicos dos exercícios de

---

[24] Recorde-se a famosa passagem do escrito de Menger, em que, mesmo na física, não se pode abster de intervir no processo orgânico natural em função da admiração pela elevada sabedoria da natureza.
[25] Hayek (1942).
[26] Hayek (1948-a). (p. 33)
[27] O leiloeiro persegue o preço de equilíbrio por tateamento. Mesmo nesse caso estilizado, o equilíbrio só e demostrado sob condições especiais.

otimização estática não são fixos e conhecidos pelos agentes. Até suas próprias preferências podem não lhes ser totalmente conhecidas.[28]

Pergunta-se: como demonstrar o estado de equilíbrio na explicação do processo de coordenação de mercado à luz da economia subjetiva? Os mercados possuem essa propriedade, eles sempre se equilibram por conta própria? O processo pode ser explosivo, pode ocorrer ruptura em seu funcionamento? Caso consiga se equilibrar em certos casos, a condição de coordenação dos agentes pelo mercado é frequente ou raramente observada? Nesse âmbito, o primeiro aspecto a se considerar é a natureza dos dados examinados e processados pelos agentes em auxílio à ação deles. Para o subjetivismo hayekiano, não se consideram dados objetivos da realidade exterior ao agente. Este não se pauta por esse tipo de informação. O ponto de partida da ação individual é a sua percepção. Estuda-se como se formam as expectativas dos agentes num mundo de informação imperfeita e de resultados probabilísticos e como se dá o processo de aprendizagem deles. Investiga-se se o agente efetua um julgamento probabilístico adequado da ocorrência de valores específicos das variáveis conhecidas e se ele seria mesmo capaz de conhecer todas as variáveis relevantes que afetam o alcance dos fins almejados.

Examina-se a série de mudanças sistemáticas, que se dão ao longo do tempo no mercado, e possíveis relações de causalidade entre os fenômenos na complexa rede de decisões individuais. Examina-se a processualidade, as mudanças dinâmicas movidas pela competição. O fenômeno de mercado resulta da interação dos planos econômicos individuais dos participantes. Nesse contexto, estuda-se de que modo são feitos planos individuais significativos para o agente, e também sob quais condições a interação desses planos individuais resulta em ordem. Ora, cada agente trabalha com um conjunto de dados subjetivos e a combinação de todos os conjuntos individuais perfaz a soma do conhecimento total processado pelo mercado. Não obstante, cada qual considera apenas dados que lhe dizem respeito diretamente, além de conjecturar e estabelecer inferências a respeito de outros dados que não lhe são conhecidos, mas os quais é capaz de avaliar com base na pouca informação que possui a respeito deles.

O amplo espectro de conhecimento que flui pelo mercado fornece informações diferentes a cada um dos participantes. Num mundo incerto, no qual os agentes dependem de suas próprias avaliações subjetivas, o subjetivismo examina o significado da situação de equilíbrio, em que se dá a coerência geral entre todos os planos individuais. O conceito de equilíbrio descreve uma situação. Cabe ao economista examinar se é possível, num mundo incerto de agentes que agem com base em conhecimento subjetivo, a ocorrência do fenômeno. Tal fenômeno é empiricamente observado?

Para Hayek, a explicação econômica está sujeita à confrontação com fatos observados. Adere ele ao método *falseacionista* de Popper na escolha de teorias. Em *A Pretensão do Conhecimento*, sua aula magna no recebimento do prêmio Nobel de Economia de 1974, assevera: "*Não podemos ser gratos o suficiente a Karl Popper por fornecer-nos um critério pelo qual podemos distinguir o que devemos aceitar ou não como científico*."[29]

Hayek ensina que, se o equilíbrio nos mercados de fato se dá, deve então estar ocorrendo um processo adequado de aprendizagem dos agentes que nele atuam. Há um movimento nas ideias dos agentes, à medida que são integradas e transformadas, com o tempo, no mercado em que eles atuam, que conduz ao fenômeno do equilíbrio. É preciso então investigar se o movimento das ideias e dos conhecimentos individuais dos agentes caminham no sentido apropriado à coordenação de mercado. Isso não pode ser apenas postulado, assevera Hayek, mas deve ser investigado. O problema deve ser recolocado assim: dado o mundo social complexo, onde milhares de informações estão sendo processadas simultaneamente, cada agente possui apenas um conhecimento limitado da realidade que o cerca. Diz Hayek, em *Cientismo e o Estudo da Sociedade*: "*Tudo o que a mente do homem pode efetivamente compreender são os fatos no círculo estreito em que ele está no centro*".[30] Há, portanto, limitações cognitivas do agente em um mundo de conhecimento disperso. A aprendizagem no

[28] Igualmente problemático é o fato de que não se pode assumir, como no modelo estilizado de concorrência perfeita, que os agentes sejam tomadores de preços. E caso se o assuma, pergunta-se então quem é que lhes fornece o preço fixo?
[29] Hayek (1983). (p. 520).
[30] Hayek (1942), p. 14.

mercado ocorre principalmente por um processo de tentativa e erro. Os planos fracassam, os erros existem e somente são corrigidos com o tempo no curso do processo social.

Não viceja uma ideia de razão forte (astúcia da razão) que possa diretamente orientar o mercado na direção do equilíbrio social, que permita precisar de antemão o ponto de perfeita coordenação, o resultado ótimo do ponto vista individual e coletivo. Não se deve impor ao mercado a solução de equilíbrio saída das planilhas de um grupo de iluminados que se orientam tecnicamente em um modelo microeconômico de equilíbrio geral. A crença nessa razão leva a um falso individualismo, que conduz diretamente ao comunismo. No verdadeiro individualismo, coerente com o subjetivismo econômico de Hayek, os resultados são alcançados a despeito do fato de os agentes serem apenas parcialmente guiados pela razão, que é limitada e imperfeita, conforme assevera Hayek em *Individualismo: o verdadeiro e o falso*.[31]

O que significa dizer que os agentes são dotados de razão fraca, ou que são guiados parcialmente pela razão? Simplesmente que possuem apenas conhecimento parcial dos fatos que compõem o mundo em que vivem. Contudo, atuando no mercado, é capaz de adquirir, com o tempo, mais e mais conhecimento. Que tipo de conhecimento é importante para o agente que atua no mercado? Diz Hayek, em *Cientismo e o Estudo da Sociedade*, que o conhecimento individual, relevante para a análise econômica, não se resume a conhecimento de preços atuais e expectativas de preços, que seriam "*apenas uma pequena seção do problema do conhecimento*".[32] Todo conhecimento que influencia a ação do agente no mercado está envolvido nesse processo de aprendizagem. Importa o conhecimento dos fatos básicos subjacentes à obtenção e uso de diferentes bens econômicos. Sem dúvida, porém, o conhecimento, se possível, dos preços correntes para os agentes em questão é o tipo mais importante de informação transmitida pelo mercado, pois os preços transmitem a informação mais relevante a respeito do ajuste de conduta necessário. Hayek oferece uma interpretação dos preços em que eles funcionam como uma rede de sinais. Viceja, associada a isso, uma visão do mercado como um processo regido por ordem espontânea.

O conceito de equilíbrio diz respeito a uma condição alcançada pelos conjuntos de conhecimentos dos agentes. Sobre a dimensão cognitiva do conceito, assevera Hayek: "*Quanto conhecimento e que tipo de conhecimento os diferentes indivíduos devem possuir a fim de que possamos falar de equilíbrio.*"[33] Equilíbrio de mercado, portanto, não é uma condição apenas matemática. Porquanto modelos microeconômicos formais apenas estabelecem tautologias. No ensaio *Economia e Conhecimento*, ele afirma: "*As proposições práticas resultantes desses modelos são necessariamente verdadeiras porque são simples transformações das hipóteses iniciais.*"[34]

O tratamento microeconômico usual do equilíbrio indica apenas a "lógica pura da escolha", que não pode ir além de "*um conjunto de proposições auto evidentes que, como a matemática e a geometria, não estão sujeitas e outros testes senão o de consistência interna,*"[35] e que apenas afirma como o agente realiza racionalmente o plano subjetivo previamente idealizado. Hayek quer ir além desse tipo de explicação, que se aplica, no máximo, a descrever o equilíbrio individual, não o equilíbrio social de mercado.

A importância teórica da noção de equilíbrio é porque diz algo de substantivo sobre fenômenos complexos que ocorrem no mundo real. Aceitar que existe a tendência de equilíbrio nos mercados remete a uma constatação empírica. Ela existe? Sob quais condições cognitivas? Quais proposições sob aquisição e transmissão individuais de conhecimento são compatíveis com a hipótese de equilíbrio? Ensina Hayek: "*É somente através desta asserção, que tal tendência existe, que a economia deixa de ser* [apenas] *um exercício de lógica pura e se torna uma ciência empírica*."[36]

Assim, na ciência empírica da economia investiga-se a aquisição e a transmissão do conhecimento. O conceito de equilíbrio deve ser aplicado na análise da relação entre ações individuais

---

[31] Hayek (1948-b).
[32] Hayek (1942), p. 51.
[33] Hayek (1942), p. 50.
[34] Hayek (1948-a), p. 34-35.
[35] Idem.
[36] Hayek (1948-a), p. 44.

considerando-se a passagem do tempo. O indivíduo altera o plano de ação com o tempo à medida que ocorrem mudanças em seu conhecimento. O tempo, portanto, rompe o equilíbrio temporário, porque as antecipações individuais deixam de ser consistentes com aquelas feitas pelos demais agentes no mercado. Porquanto é fundamental para a condição de equilíbrio de mercado que os dados subjetivos individuais sejam consistentes entre os diferentes agentes. Importa assim a percepção subjetiva dos agentes. O equilíbrio pressupõe que não haja conflito nas interpretações individuais de fatos entre os agentes e nas expectativas formadas entre eles.

As percepções subjetivas individuais levam em conta fatos externos à subjetividade que os interpreta segundo a sua percepção. No processo de mercado, os agentes podem se equivocar na interpretação de fatos objetivos. A constatação do erro pode romper o equilíbrio previamente formado com base em intepretação subjetiva e expectativas individuais. Assim os dados subjetivos e as expectativas, até então compatíveis entre os agentes, entram em conflito entre si. Quando a intepretação de fatos externos se mostra falha, rompe-se o equilíbrio, mesmo que os planos subjetivos fossem previamente compatíveis. Isso porque ao menos um dos agentes fizera revisão de plano. De fato, a condição de equilíbrio hayekiano deve pressupor algum tipo de correspondência entre as formulações subjetivas individuais e os dados externos da realidade no entorno dos agentes. Considera-se que todos os agentes, no mesmo mercado, tenham como referencial o mesmo conjunto de eventos externos. A convivência no mesmo ambiente fornece uma base concreta para a convergência de planos. No processo de aprendizagem que leva ao equilíbrio, os agentes aprendem a interpretar o mundo ao redor. Mas não basta isso. É necessário ainda que prendam a antecipar corretamente a ação dos demais, de forma que a ação planejada e a ação observada do outro sejam compatíveis. Nota-se que a expectativa de ação do outro é parte do plano de ação do agente em questão.

O equilíbrio pressupõe que os indivíduos ajam com base nas mesmas premissas. Pressupõe que aprenderam a interpretar dados externos, como preferências individuais, disponibilidade de bens e fatores de produção, e aspectos tecnológicos de modo convergente entre eles. O estudo de como os planos de ação, na prática, se adaptam entre si, de como a interpretação subjetiva de dados (dados subjetivos) se torna cada vez mais acertada com os dados externos objetivos deve fazer parte de toda análise de equilíbrio de mercado.

O observador analista pode conhecer os dados objetivos do problema econômico em foco, no entanto, o agente, cujo comportamento se procura explicar, considera, na formulação de seus planos, dados subjetivos, "*aqueles fatos, e somente eles, que estão presentes na mente da pessoa que age.*"[37] A dificuldade para a análise de equilíbrio, portanto, é explicar como o dado subjetivo vem a corresponder ao dado objetivo. É essa correspondência que caracteriza fundamentalmente o processo de aprendizagem que ocorre no mercado. Contudo, a razão para que tal coisa ocorra não é trivial, e nem aparente. Afirmar que o mercado tende ao equilíbrio significa dizer que, em certas condições, o conhecimento e as intenções dos diferentes membros da sociedade entram mais em mais em acordo, isto é, que as interpretações e as expectativas se tornam cada vez mais corretas, que ocorre um processo de aprendizagem no mercado.

A tese do equilíbrio diz respeito, portanto, a algo imputado ao mundo real, capaz de ser empiricamente testado. Hipóteses sobre o processo de aquisição de conhecimento devem ser concebidas não apenas como algo possível, mas realista. Hayek, por essa época, estamos falando em meados dos anos 1930, percebera então que a explicação econômica do processo deveria recorrer ao auxílio de outras áreas do conhecimento científico para ser bem fundamentada. Seria necessário o apoio das ciências naturais. À economia, e às ciências sociais, caberia o estudo de fatos subjetivos, valores e opiniões. A análise econômica deve considerar essencialmente o que o agente pensa sobre o mundo. A escassez objetiva e as tecnologias disponíveis entram na análise apenas na medida em que condicionam a ação humana. A ciência natural, por sua vez, lida com fatos observados que independem do modo como são pensados pelo agente.[38]

---

[37] F. A. Hayek (1948-b), p. 39.

[38] Embora a mecânica quântica aceite certa interação entre o sujeito e o objeto.

Assim Hayek voltou a se interessar por seus estudos em psicologia teórica, da década anterior, em auxílio à solução do problema central que encontrara na ciência econômica. Notou então que o estudo do processo de aprendizagem no mercado, e do equilíbrio de mercado, necessitaria de um estudo da mente humana. É o início da construção, por ele, de uma *epistemologia evolucionista* apoiada em uma teoria da mente. Hayek insere-se na corrente de neuropsicólogos que empregam uma teoria conexionista e evolucionista da mente em que o ato cognitivo é determinado pela interação evolutiva da matéria que compõe a mente e o mundo ao seu redor. O conhecimento humano em geral, não apenas o requerido na operação no mercado, teria então uma base materialista e poderia ser entendido enfocando-se o próprio funcionamento do cérebro humano.

Então Hayek, como Marx, aceita uma explicação materialista do conhecimento humano em sociedade. Mas o fundamento do materialismo hayekiano é bem diferente do enfoque de Marx e leva a implicações bastante distintas. De fato, a área de psicologia teórica foi o primeiro campo científico que atraiu a atenção do jovem Hayek, ainda em 1920, e antes de sua concentração em estudos econômicos trabalhando com Mises. Há, inclusive, um manuscrito dele, dessa época, cujo título já indica a conclusão: *Como a Ordem Pode Criar a Si Mesma no Interior das Fibras Nervosas*. Em 1952, portanto 22 anos depois, Hayek iria suplementar esse estudo em seu clássico livro *A Ordem Sensorial: uma investigação sobre os fundamentos da psicologia teórica.*[39]

A tese hayekiana sobre a mente é que ela mesma, o aparato biológico que permite ao agente conhecer o mundo, está sujeita à evolução, é uma construção em processo sujeita a mudanças sob o impacto das experiências vivenciadas por ele.[40] Na epistemologia de Hayek, a mente está em incessante transformação. O modelo evolucionista da mente do austríaco segue as conclusões de diversos outros autores do campo da epistemologia evolucionista, como Donald Campbell, Karl Popper e Konrad Lorenz.[41] A fórmula básica é precisamente que a mente deve ser caracterizada pelos ganhos de vantagem adaptativa devido à retenção seletiva de representações úteis do mundo físico.

Hayek é materialista porque para ele não há uma separação entre a mente e o cérebro. Pelo contrário, os pensamentos, a memória, sensações e sentimentos são o resultado de operações na matéria. "*A proposição de que [...] fenômenos mentais são nada mais que certos complexos de eventos físicos provavelmente é defensável*"[42], uma vez que "*a mente é [...] a ordem que prevalece em uma parte do universo físico – essa parte dele somos nós mesmos*".[43] O *locus* da mente, o cérebro, é formado por uma vasta rede de células nervosas chamadas neurônios; o córtex cerebral sendo a parte mais densa dele. As experiências sensoriais são o produto da atividade dessas células. Não são geradas de modo unitário, por um único impulso que se propaga por ela, mas a partir de uma coleção de impulsos.

O modelo conexionista de funcionamento da mente pode ser sintetizado da seguinte maneira: experiências sensoriais são o resultado de muitos impulsos que correspondem a vários aspectos do evento ou do objeto observado. Esses impulsos emanam não de apenas um, mas de vários receptores vizinhos no órgão sensorial, e ocorrem em conjunção com ainda outros impulsos associados a participações em uma atividade cinética específica como tocar, olhar ou ouvir. O pacote de impulsos percorre o sistema nervoso e, através de uma memória fisiológica, força um caminho de conexões (um *link*) entre os neurônios. Tais conexões são formadas porque o impulso eletroquímico, provocado pelo estímulo sensorial, muda o limiar de excitação dos neurônios afetados. Nesse processo, impulsos futuros fluem mais facilmente através dos neurônios previamente excitados, em estado preparado para agir. Experiências pretéritas do indivíduo, além de processadas pelo cérebro, reforçam conexões entre os neurônios, mudam a eficiência das transmissões sinápticas ao longo do caminho pelas células nervosas conectadas, facilitando assim a passagem de novos sinais eletroquímicos.

---

[39] Hayek (1992) [1952].
[40] A exposição a seguir da epistemologia evolucionista de Hayek segue a apresentação de Gary T. Dempsey, Hayek's Evolutionary Epistemology, Artificial Intelligence, and the Question of Free Will. Dempsey (1996).
[41] Campbell (1960), Popper (1984), Lorenz (1984).
[42] Hayek (1989), p. 88.
[43] Hayek (1952), p. 178.

Essa é a explicação básica da razão de o cérebro evoluir: impulsos passados reforçam ligações entre as células nervosas, deixam uma memória. Antes de adentrar na explicação desse processo evolutivo, vejamos algo mais do processo de funcionamento do cérebro: cada experiência sensorial é o resultado de uma multiplicidade de impulsos que percorrem o sistema nervoso. Impulsos de diferentes experiências sensoriais podem empregar um ou mais dos mesmos caminhos neurológicos. Ocorre uma sobreposição de memórias fisiológicas. Essa sobreposição, assevera Hayek, leva a um processo de classificação simultânea.[44] Os caminhos compartilhados produzem o efeito de agrupar ou categorizar experiências sensoriais que se relacionam com as mesmas linhas de conexões neurológicas. Com o processo mental de classificação simultânea, a cada momento uma experiência sensorial é posta como membro de um conjunto de outras classes de eventos, relativos a outras experiências sensoriais.

A relação íntima entre conexões neurológicas e experiências sensoriais leva a uma particular teoria da percepção em termos de correspondência com o mundo: a ideia de que a estrutura física do cérebro em transformação mapeia objetos e eventos que estão no exterior, no entorno. Sendo assim, "*a ordem mental envolve [...] uma aproximação gradual à ordem existente no exterior e que produz os estímulos que evocam impulsos que a representa no sistema nervoso central.*" [45] A representação (o mapa) é determinada pelo sistema de conexões pelo qual os impulsos são transmitidos de um neurônio a outro. Como as representações se vinculam ao estímulo particular que se propaga pelas fibras nervosas? Levando-se em conta a topologia do cérebro como um todo: "*O caráter específico de uma representação particular não se deve ao atributo do estímulo que a causa, e nem é atributo do impulso, mas é determinado pela posição na estrutura do sistema nervoso da fibra que carrega o impulso*".[46] Ou seja, um dado impulso sensorial não resulta em uma representação mental específica. Tal representação só surge pela ação da ordem das conexões estabelecidas no cérebro com o um todo.

Temos então um modelo conexionista da mente que explica o processo de interpretação dos sinais que se propagam nas fibras nervosas e o processo de classificação, pela mente, dos eventos interpretados. Modelos conexionistas da mente são bem aceitos hoje em dia. Hayek foi um dos pioneiros na moderna ciência da mente. O termo "conexionista" não foi empregado originalmente pelo austríaco, mas se tornou conhecido na intepretação de Barry Smith da teoria hayekiana.[47] Existe todo um campo de pesquisa e de aplicações que se utilizam dessa visão da mente. Há, inclusive, trabalhos em inteligência artificial, que desenvolvem computadores com redes neurológicas artificiais.[48]

Dito tudo isso, já se tem elementos para detalhar a explicação do processo evolutivo da mente e da epistemologia evolucionista de Hayek.[49] Como na natureza, em que o processo evolutivo leva a complexas estruturas de organismos vivos, a mente também passa por um processo de evolução. Não estamos nos referindo apenas à evolução das espécies, mas à evolução da mente no desenvolvimento da espécie humana e ao longo da vida do indivíduo. Os processos de evolução seletiva, para Hayek, explicam a mente, como explica também as instituições sociais espontâneas. Como na evolução das espécies, o próprio aparato fisiológico que nos possibilita conhecer o mundo também está sujeito às pressões do processo de seleção natural. Essa tese não é apenas de Hayek, o neurologista prêmio Nobel de medicina, Gerald Edelman, também advoga a mesma interpretação, e cita Hayek em seu principal livro.[50] Para o austríaco, o padrão neurológico produzido na estrutura do sistema nervoso surge na experiência prática do indivíduo à medida que certos padrões são consolidados e outros abandonados. A chance de certo padrão persistir na mente aumenta se oferece capacidade de reter uma memória das conexões entre eventos ocorridos que antecipe corretamente futuros eventos.[51]

---

[44] Hayek (1952), pp. 180-181.
[45] Hayek (1952), pp. 107.
[46] Hayek (1952), p. 12.
[47] Smith (1996).
[48] Dempsey (1996), p. 141.
[49] Feijó (2000) classifica a epistemologia de Hayek como sendo o subjetivismo evolucionista.
[50] Edelman (1987).
[51] Hayek (1952), p. 129.

É assim, portanto, que opera o processo evolutivo da mente. A mente emerge da seleção natural de repertórios de disposições neurológicas que escolhe o padrão mais eficiente para a sobrevivência do indivíduo. O processo ocorre mesmo que o indivíduo não o saiba, mesmo que ele desconheça as circunstâncias relevantes à sua sobrevivência. A mente humana, em suma, consolida-se com base na acumulação cega de resposta úteis às demandas da sobrevivência. O processo é dito cego porque a seleção natural se baseia na chance, e não na previsão. Participa dele mutações e acidentes históricos que funcionam como matéria-prima para a evolução da mente, pois facilitam o acúmulo de variações que torna possível o processo de aprendizagem adaptativa e de inovações tão necessários para acomodar os vários tipos de respostas requeridas para a sobrevivência do indivíduo.

Os padrões neurológicos bem-sucedidos, e as combinações deles, atuam como regras que condicionam o comportamento do agente. Além das regras associadas às instituições sociais, vicejam regras oferecidas pela própria mente humana. As regras da mente não são instruções explícitas, representam, na verdade, instruções de um tipo não articulado associadas a padrões neurológicos. Consistem de capacidade implícita de sobrevivência em dado ambiente, um conhecimento de como, e não um conhecimento do quê.[52] Essas regras não traduzem a consciência do propósito, simplesmente implicam regularidade de conduta de modo a facilitar a manutenção do indivíduo. Operar da maneira proposta pela regra neurológica conduz a uma chance maior de sobrevivência do que agir de outro modo. O sucesso da mente em conduzir a ação deve-se a seu poder de se adaptar a fatos que não são explicitamente conhecidos. O próprio padrão neurológico evoluído já representa a descoberta, sem desígnio, de uma conduta que facilita a sobrevivência do indivíduo que segue a regra de ação associada. A mente não consiste de *insights* sobre a relação entre meios e fins (recursos e objetivos) mas a seleção cega de regras que possibilitam a sobrevivência.

Não é possível que o próprio indivíduo conheça os detalhes do processo evolutivo de sua própria mente, que conheça explicitamente as regras associadas às conexões neurológicas estabelecidas nela. Porque ele não sabe como a mente foi condicionada e determinada. A mente é um complexo sistema adaptativo, outro exemplo de ordem espontânea na sociedade. Ela só se constitui como tal vivendo-se em sociedade. As conexões estáveis da mente, que ditam regras de percepção e de ação, são formadas na interação do agente com o meio natural, mas também com a sociedade. Ao mesmo tempo em que são acumuladas pela experiência individual, as regras neurológicas são transmitidas de pessoa a pessoa, geração a geração, por um processo cultural. A mente humana é condicionada pela sociedade por processos de imitação. Um padrão de comportamento pode ser reforçado ao mesmo tempo pela regra neurológica, que vai se consolidando, e pelo exemplo fornecido da observação da conduta dos demais em sociedade. O padrão social reforça o padrão interno à mente.

Pode-se agora retomar às questões centrais deste ensaio, no contexto de Hayek. Se a mente humana é condicionada pela sociedade, é preciso examinar agora como essa descoberta se coaduna com o individualismo metodológico *ontológico*. Seria Hayek um funcionalista como Marx? A resposta é negativa. Não há contradição entre a teoria da mente conexionista e a crença de que o ser humano é o efetivo sujeito de sua ação, que é soberano, tem autonomia real. A tese de que a sociedade e suas estruturas é resultado do agir intencional, consciente e deliberado do sujeito humano é perfeitamente compatível com a teoria hayekiana da mente. O *subjetivismo* é reforçado e não contrariado com essa teoria. Vejamos a razão disso.

Três provocações podem ser lançadas no intuito de se testar a coerência do individualismo metodológico de Hayek:

1. Se Hayek é materialista então a matéria é que determina a ação humana em sociedade. Ela é que edifica o cérebro, que comanda a mente, que determina a ação. Portanto ela é quem manda.
2. Se o agente não conhece explicitamente as regras que comandam sua ação, ele é guiado por regras subconsciente, e, portanto, não é o verdadeiro autor da ação.

[52] Hayek (1984).

3. Se a mente é formada, em parte, pelo convívio em sociedade, então as estruturas sociais é que formam o ser humano. Sem verdadeira autonomia, ele seria, como em Marx, funcionário de estruturas.

A ordem espontânea da mente, resultante de um complexo sistema adaptativo, consiste, de fato, de matéria e de suas relações. Tudo pode ser percebido então em termos materialistas. Escolhas humanas, julgamentos e decisões seriam determinados por operações da matéria que constitui o agente e o mundo. Nossas ideias, para Hayek, de fato, são meramente a exfoliação visível de forças espontâneas. O materialismo parece destruir a ideia de liberdade humana, e de ação propositada.

Vejamos as bases do materialismo de Hayek. Em uma visão materialista, requer-se que a atuação da matéria determine tudo. O ponto é saber se a lei de causa e efeito em que atua a matéria é unidirecional. Se não o for, não se pode nunca chegar a uma explicação reducionista, que explique o todo como a soma das partes. De fato, Hayek chama a atenção para processos de *feedback* que ocorrem na mente, nos quais o todo é constrangido pela atividade mental a nível micro e a atividade micro é condicionada pelo todo. A interação local das partes resulta num padrão coletivo de dinâmica global. Essa dinâmica global oferece o contexto em que a tal interação local ocorre.

Hayek é materialista sem ser reducionista. Ele acredita que os fenômenos mentais sejam, em essência, processos físicos, o ponto é que ele também crê que não se pode explicar a mente apenas em termos físicos, recorrendo-se somente a leis físicas. Termos mentais devem ser empregados na análise de processos mentais. Nesse sentido, a mente para todos os efeitos, deve ser tomada como uma entidade irredutível, em que pese o materialismo. A própria interconectividade da mente impede a redução. As experiências sensoriais estão ligadas umas às outras de tal modo que elas realmente determinam umas às outras pelas próprias conexões. A interconectividade faz com que a experiência sensorial não possa ser analisada sem referência a outras experiências do tipo. Todas as experiências sensoriais estão imbricadas num complexo de relações com outras experiências sensoriais.

Se a matéria é que manda, não podemos determinar em detalhes o processo, e nem temos o conhecimento para explicar como a simples atuação da matéria constitui o homem. Para efeito prático, a ideia de liberdade humana se mantém. E também a ideia de comportamento propositado, base da praxeologia, a ciência da ação humana de Mises. O comportamento que visa metas não é incompatível com o materialismo de Hayek. A ausência de reducionismo ratifica esse tipo de comportamento, porque não temos como descrever em termos físicos como a matéria determina as ações humanas. Só uma mente divina onisciente poderia refutar a crença na ação propositada. De modo que para efeito prático, dadas as limitações de conhecimento da pessoa humana, o axioma da ação propositada se emprega bem. O materialismo não faz diferença na vida diária, o agente homem ainda conduz sua ação *como se* fosse livre na escolha de fins, porque não se pode nunca saber como ele deveria se comportar pelo comando da matéria. Pois, ele não se afigura simples partícula física.

Sobre o ponto 2, Hayek não diz que processos subconscientes atuam na mente humana, eles seria, mais propriamente, "superconscientes". O encéfalo atinge um nível de consciência que nem o próprio agente que o hospeda se dá conta. A ação livre não requer pleno conhecimento de tudo que a determina. Já comentamos o ponto de vista de Elster que a presença de normas sociais não viola o individualismo metodológico, o mesmo argumento se aplica às regras neurológica que motivam a ação. Ambos os tipos de normas não são o produto da escolha deliberada, e podem operar mesmo permanecendo ocultas ao conhecimento explícito e articulado. Um indivíduo pode falar razoavelmente bem um idioma sem conhecer explicitamente as regras de sua gramática.

O indivíduo não perde autonomia por seguir uma regra, mesmo que essa regra não seja proposta por ele mesmo. O aspecto relevante na afirmação da liberdade humana ao agir no mercado é que essa liberdade não ocorre apenas com conhecimento perfeito. Aliás, esse pleno conhecimento nunca opera em situações práticas. O indivíduo tem de lidar com um mundo incerto que conhece parcialmente e, para tanto, agindo em liberdade, orienta-se, conscientemente ou de modo velado, tanto por regras neurológicas quanto por normas sociais. Tal aspecto não sobre-determina a ação e não retira a autonomia de quem age.

A objeção 3 provoca, por outro aspecto, a questão do livre arbítrio, livre vontade do agente. O argumento central que a refuta é que os seres humanos não existiriam, como tais, sem as regras. As

regras neurológicas não indicam o resultado de uma força exterior que se abate sobre eles. São constituintes do agente, são o patrimônio dele mesmo. O homem é inteligente, em parte, porque as regras neurológicas puderam se acumular e serem transmitidas de pessoa a pessoa, geração a geração. O indivíduo não nasce com uma mente, nasce apenas com o equipamento biológico que possibilita que uma mente se desenvolva nele. A mente individual cresce por absorção dos resultados de uma tradição que não é geneticamente transmitida, mas culturalmente.

Todos os produtos culturais (linguagem, moral, lei, moeda, mercado etc.) não são descobertas de mentes individuais, surgiram por uma incessante epidemia de imitação das regras neurológicas bem-sucedidas que se combinam e se espalham na população. São os tais resultados não intencionais da ação humana de que Adam Ferguson falava no século XVIII. Ora, esses produtos culturais condicionam a ação humana, mas isso não tira a autonomia do homem. Hayek explica que: "*Toda simples ação do ser humano é o resultado necessário da estrutura herdada de seu corpo (particularmente do sistema nervoso) e de todas as influências externas que atuam sobre ele desde a infância*."[53] Como afirmar, então, a autonomia humana diante dessas influências externas, vindas de seu próprio aparato biológico e da sociedade, que condicionam a ação? O homem é autônomo dada a limitação de seu conhecimento. Hayek fornece apenas o princípio em que a mente humana opera, mas ninguém estaria apto a estabelecer o conjunto completo de fatos particulares que resultaram na escolha de determinado curso de ação por um dado indivíduo.

A ideia de ação comanda por livre vontade, de sujeitos livres em face das estruturas sociais, sustenta-se, mesmo diante do materialismo. O homem age *como se fosse livre*, e não teria como agir pensando qual seria o comportamento determinado pela matéria e pelas estruturas sociais. Não se pode demonstrar que a ação não seja livre porque ninguém é capaz de saber como o comportamento é coagido pela matéria e pelas estruturas. Não se conhece nunca as circunstâncias particulares que, ao longo da vida de experiências do sujeito homem, determinaram a sua mente e sua forma de agir. A mente humana é biográfica, cada um possui a sua moldada numa trajetória única e particular de experiências. A mente lhe é tão particular quanto suas impressões digitais. O mapa mental de dois indivíduos nunca é o mesmo. É o resultado de acúmulos de experiências privadas. Assim, se a escolha não é realmente livre, no sentido de que há um condicionante material e estrutural dela, ela é genuinamente subjetiva. O subjetivismo de Hayek permite sustentar o individualismo metodológico, em âmbito prático, mesmo diante da matéria e das estruturas sociais.

Comparação sistemática entre Hayek e Marx.

Os sistemas de Marx e Hayek têm diferenças profundas. As diferenças se explicam, em parte, por se tratar de ideias concebidas em séculos distintos, porquanto à luz de um grau de avanço da ciência muito diferente. Há também diferenças nas trajetórias pessoais, na vida, e nas fontes de referências de ambos os pensadores. As mensagens dos sistemas são bem distintas quanto a visão de homem e de liberdade, com suas implicações políticas quase antípodas. Contudo, há convergências que podem ser exploradas.

Um aspecto de seus pensamentos que os une é o materialismo. O materialismo de Marx, como se viu, advém de uma longa tradição filosófica que remete aos filósofos pré-socráticos. O de Hayek vem de seus estudos em psicologia teórica. O materialismo marxiano não explica, em detalhes, a constituição do homem e da sociedade com base na matéria. Não detalha como a matéria é capaz de pensar. Ele trabalha com fórmulas vazias em que a atividade humana prática e o pensamento a ela associado (*práxis*) produz algum tipo de conhecimento. Com efeito, não se distingue bem se se trata de conhecimento útil na vida prática, conhecimento imediato para situações simples da vida do trabalho, ou da reflexão mais sofisticada, própria da ciência e da alta filosofia. Hayek fala em conhecimento, prático e teórico, condicionado por padrões neurológicos particulares e pela transmissão e imitação no seio da sociedade. Neste, pode-se imaginar a matéria produzindo cognição

[53] Hayek (1989), pp. 86-87.

pela constituição do cérebro. Em Marx, o pensamento condiciona-se à atividade prática. A matéria forma o homem, e este, quando atua em sociedade na atividade prática sensível, formula pensamentos. Entre a matéria e a reflexão, necessita-se da mediação da prática social.

O maior problema da fórmula de Marx sobre a emergência do pensamento é explicar de que forma o papel social determina a reflexão. O que seria mais determinante, a condição social ou a trajetória particular? E mais, como se explica a pessoa pensar de uma determina maneira com base no que faz? Marx parece que localiza a origem do conhecimento mais na classe social do que no indivíduo, e isso é bastante problemático, uma fórmula atraente, mas vazia se o processo de cognição individual não for demonstrado, como de fato não o é. Hayek vai muito além em seu materialismo e somente pôde avançar contando com os desenvolvimentos científicos de seu tempo.

Curiosamente, no entanto, há um aspecto em que as duas epistemologias se aproximam: quando recorrem à vida em sociedade como fonte da cognição. Em Marx, fica logo evidente o conceito de atividade humana prática como sendo a gênese do saber. Em Hayek, é preciso pensar nas regras neurológicas como base do conhecimento. Tais regras são formadas na trajetória individual do sujeito homem, as marcas que a experiência direta deixara no cérebro, mas também são aprendidas pela observação do comportamento alheio e são transmitidas no meio cultural em que se insere. Então a conformação do cérebro, e o pensamento e as estruturas subjetivas que dele deriva, formando a mente, são determinados pela própria ação humana no enfrentamento da natureza e no intercurso social. Ou seja, a mente e a cognição associada conformam-se na atividade, no contato com a natureza e entre os homens. Está claro, a assa altura, que em ambos, Marx e Hayek, o pensamento advém de um processo social. Mas a explicação do mecanismo de origem é distinta. Na fórmula de Marx, a atividade econômica essencialmente determina a cognição, mas não se analisa, em pormenores, como isso se dá. A base material se confunde com o afazer econômico. Não há um reducionismo em direção à matéria física pura e simples. Em Hayek o reducionismo avança mais, no entanto, para na complexidade da mente, em seu mecanismo de *feedback* entre o neurônio e a estrutura mental e na impossibilidade de se acompanhar todos os eventos específicos que determinam a mente.

Em ambos, portanto, o materialismo não faz diferença para as suas análises. Não significam mais que um pressuposto ontológico. Marx tenta revigorar seu materialismo trazendo a essa perspectiva a dialética de Hegel. Talvez essa seja uma das principais fraquezas de seu sistema. A dialética, definitivamente, não opera na matéria. É possível que o último esforço intelectual de Marx tenha sido acompanhar as notas de Engels que resultaram no livro *A Dialética da Natureza*, publicado justamente no ano de sua morte. Embora Engels tenha feito uma rica pesquisa, suas deficiências de formação nas ciências naturais saltam aos olhos. Fica evidente que a tentativa de aplicação da dialética na compreensão da natureza fora um fiasco monumental. Até porque a realidade física não precisa de um motor. O movimento é a condição normal na natureza. Os objetos possuem inércia, na ausência de atrito e não estando inicialmente em repouso, não precisam de força para se moverem. A dialética tinha sido concebida por Hegel, em sua fenomenologia do espírito, para explicar o motor de movimento do *Geist*. Não teve verdadeiro valor científico na explicação do materialismo histórico.

Um outro aspecto dos dois sistemas de pensamento que pode ser contratado é a visão de liberdade e de desenvolvimento humanos. Para Marx, a liberdade humana e a reconciliação do homem consigo mesmo, como sujeito da história, viria com o fim da economia de mercado. Dado o funcionalismo radical, as pessoas nesse sistema não são sujeitos, mas funcionários das estruturas. Vivem em uma sociedade em que relações sociais diretas são invertidas em relações entre coisas. Assim é que as mercadorias e o dinheiro é que fazem a socialização que seriam entre humanos e que ficam coisificadas nesses elementos. Se libertar desse fetichismo seria então condição para a realização humana. Liberdade, nessa ótica, é se libertar das estruturas do capitalismo, que prioriza a acumulação em si, a exploração e não o atendimento de verdadeiras necessidades humanas voltadas à realização plena do ser humano.

Como obter isso? O capitalismo, ao cabo seria substituído pelo o quê? O comunismo centralista e totalitário resultou na mais cruel e desumana experiência. Mas os marxistas insistem que não se tratava disso em Marx. E também que não se trata de combinar comunismo e mercado, pois o mercado engendra mercadoria, dinheiro, capital e exploração. O comunismo puro, não autoritário,

seria então um sistema verdadeiramente transparente em que a sociabilidade dos produtores ocorreria de modo direto. Os trabalhadores estariam organizados livremente formando uma sociedade sem trabalho assalariado. O processo de produção e de repartição tornar-se-ia consciente, num sistema de trocas não mercantis simples e diretas.

O problema dessa fórmula, que ainda encantam os mais ingênuos, é que esses produtores livres ou iriam se isolar, num sistema de autarquia no mais primitivo modo de produção e de consumo, ou então, se produtivos, iriam acumular excedentes que teriam de ser comercializados com os de fora da comunidade hermética. Ai já teríamos mercado, mercadorias, dinheiro, capital e "exploração". Na verdade, a fórmula de Marx de liberdade e autoexpressão humanas parte da crença dogmática no funcionalismo radical. Recusa-se a ver o ser humano como sujeito em sociedades concretas e apela a uma utopia em que o modelo abstrato de homem poderia se realizar. Utopia que, na história, apenas servira, até aqui, para a mais completa iniquidade e destruição de riqueza. Ao retirar a água de banho da dialética do *Geist*, Marx jogou fora, com ela, o bebê da fórmula hegeliana bem-sucedida de reconciliar a liberdade e a expressão integral, deixando, em troca, sua utopia revolucionária, niilista e catastrófica.

A temática da liberdade radical e da expressão integral humana é colocado em bases completamente diferentes por Hayek. Críticos "marxistas" cometem grande injustiça quando jugam o pensador liberal austríaco como sendo um apologista do mercado que tenta interditar a crítica ao sistema como um todo, já que, na ótica hayekiana, as melhores práticas já estariam ditadas pela herança institucional e cultural historicamente dadas. Hayek não é contra uma atitude crítica em relação às coisas tal como se apresentam; o ponto que defende é que as mudanças em sociedades não podem levar à ruina da ordem espontânea. Vejamos um exemplo mais simples, que não a ordem de mercado, a língua nacional. Os gramáticos podem e devem periodicamente reunirem-se a fim de estabelecerem uma atualização da língua: mudarem as regras de acentuação, a grafia de certas palavras etc. Mas não podem decretar o fim da língua nacional e imporem o esperanto. Do mesmo modo, os governos podem estabelecer regulamentações que limitem e condicionem a ação do mercado em casos especiais, mas não devem interferir muito na ordem espontânea, sob pena de levarem-na à ruína.

A ideia de liberdade humana em Hayek não consiste na desobediência a regras neurológicas e normas sociais. Tais regras e normas são constitutivas do ser humano e lhe asseguram boas vantagens. A liberdade é a ausência de coerção imposta por uma autoridade. A expressão integral do homem, por outro lado, está associada ao pleno desenvolvimento do campo de experimentação, à vivência pessoal plena e à livre construção da ordem mental de cada um com base no exercício diuturno da liberdade. Assim, esse autor austríaco repõe, nessas bases, o ideal dos jovens românticos alemães do século XVIII sem a hipótese do *Geist*.

Mas, por outro lado, em Hayek, porque não se pode explicar a mente específica em detalhes, não se pode empregar o materialismo reducionista e nem o determinismo estrito, há amplo escopo para o quê, no pensamento, na cultura e nas artes, não seja explicado pela ciência estrita da neuro-economia. Isso confere espaço ao amplo campo de trabalho e de especulação dos filósofos, inclusive para que os novos hegelianos voltem a investigar a fenomenologia do espírito.

Outro aspecto em que se comparam as duas visões, Hayek versus Marx, é com relação à pretensão do conhecimento. O sistema de pensamento de Marx é pretensioso em empregar a razão e também no âmbito epistemológico. Sobre a "astúcia da razão", o filósofo alemão enquadra-se no que Hayek denomina de "construtivista": a concepção filosófica que assevera que a ordem espontânea do mercado deva ser substituída por uma ordem construída propositadamente, em nome de um racionalismo integral. Os construtivistas concebem a sociedade como um produto da razão, que procura moldá-la em uma ordem posta conscientemente e deliberadamente pelo saber científico. Já para o austríaco, a sociedade é concebida de uma maneira bastante diferente desta, como sendo a resultante de um processo evolutivo milenar de seleção de regras, um processo paciente e cego, sem qualquer desígnio. A razão humana, diferentemente da razão construtivista, é pensada como uma faculdade adaptativa, concebida como uma triagem sempre incerta, entre o provável e o improvável, uma acomodação de cada instante ao incognoscível.

Eleutério Prado discorda desta contraposição entre os dois tipos de razão, e não considera Marx um adepto da razão construtivista, pois este apenas critica a espontaneidade do processo mercantil por estar associado à alienação e coisificação da vida social.[54] De fato, Marx não é construtivista em relação às economias de mercado. Seu projeto construtivista é outro: construir o sistema comunista com base na razão. Afinal todo o esforço de suas pesquisas não serviu também para subsidiar, no plano das ideias, o *projeto* de sociedade? Essencialmente Marx assevera que o produto da ordem espontânea é um mal, e quer substitui-la por um projeto de engenharia social defendido por ele e pela militância do movimento comunista a que ele serviu em vida. Afirmar que o filosofo alemão não seja construtivista nos parece um *nonsense*.

Prado também explora outra tese curiosa: a de que a razão construtivista, em alguns momentos, serve à ordem espontânea. Isso ocorre, segundo ele, nos momentos em que a economia de mercado atravessa crises, quando cresce o clamor, entre os próprios burgueses, pela intervenção do governo na economia.[55] Essa interpretação está equivocada, pois a razão construtivista não quer apenas intervir pontualmente na ordem espontânea. Tal tipo de intervenção é permitida mesmo no âmbito do enfoque da razão adaptativa. O que os construtivistas almejam, na verdade, é a destruição da ordem espontânea e a substituição dela pelo sistema imaginado.[56]

Para marxistas, Hayek limita-se a um saber superficial que se detém apenas em relações de causa e efeito. Limita-se a ficar na aparência das coisas, enganando-se com aquilo que se apresenta à consciência dos atores sociais na vida cotidiana, considerada por ele a verdade última do que pode ser conhecido. Não percebe "*a realidade em suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, colocando-as em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e casuais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade*".[57]Apenas o método dialético, aplicado por Marx no estudo da economia, seria capaz de apreender a realidade como totalidade de nexos internos, contraditórios, em processo de devir e de transformar.

A fórmula dos construtivistas dialéticos é atraente, mas repleta de problemas em sua pretensão epistemológica. Como provar cientificamente a existência desses "nexos internos"? Onde se demonstra, de modo inequívoco, a tal contradição? Por que a contradição seria necessária para o movimento não do pensamento, como em Hegel, mas da própria realidade econômica? Aos que não se deixam seduzir por bela literatura e por apelos retóricos, nada disso soa muito científico, mesmo numa visão metodológica de ciência não positivista. Apenas aproximando ciência de filosofia e literatura se poderia dar muito crédito a essa construção.[58] A impressão que causa a um não convertido, a um cientista neutro, é de que se trata de uma profunda pretensão epistemológica, associada à astúcia as razão.

Hayek, pelo contrário, não acha possível apreender a realidade apenas aplicando na economia esquemas filosóficos importados. Ele recorre a uma investigação científica interdisciplinar que interage com diferentes contribuições de renomados pesquisadores dentro e fora da economia. Além da economia, a contribuição de Hayek fertiliza outros campos do saber, em especial em inteligência

---

[54] Prado (2014) pensa ter demonstrado que Marx não é construtivista, que não é um inimigo dos processos sociais espontâneos. "*É evidente que Marx não implica com a relativa espontaneidade do processo mercantil porque é um autor filosoficamente construtivista, mas porque esta espontaneidade é a aparência naturalizada de um antagonismo social em processo que é, ao mesmo tempo, extraordinariamente dinâmico e terrivelmente dilacerador."* (p. 71)

[55] Para Prado (2014), a razão construtivista e a "racionalidade meramente adaptativa" não estão em oposição, mas seriam duas abordagens que prosperaram pelo efeito do capitalismo. Ambas seriam meramente manipuladoras. A razão adaptativa opera na maior parte do tempo, quando o sistema parece funcionar bem, e quando os homens devem se resignar a essa ordem. Nos momentos de crise do sistema, vicejam opiniões de que se deva intervir na economia, emerge a face construtivista da racionalidade burguesa, e os mesmos capitalistas se tornam fervorosos defensores da intervenção.

[56] Prado (2014) recai na perspectiva construtivista radical, que ele tenta se desvencilhar, quando acusa injustamente Hayek de promover um racionalismo impotente diante do sistema como um todo apenas com o propósito de ampará-lo teoricamente, bloqueado a revolução, as lutas sociais etc.

[57] Kosik (1969), p. 33. Apud. Prado (2014), p.73.

[58] Bensaïd (1997). Conforme Bensaïd, Marx oferece exatamente isso: uma ideia de ciência alemã do século XIX, imbrica-da com literatura e filosofia. Uma construção estética.

artificial e na área de pesquisa que hoje se conhece como neuroeconomia.[59] O método Hayekiano é tanto observacional quanto teórico e hipotético. Conjuga investigação empírica com excelente capacidade de interpretação e de abstração. Um estilo de se fazer ciência bem mais adaptado ao que hoje se entende por ciência séria, e não doutrinação ideológica.

O economista austríaco, prêmio Nobel de economia em 1974, é acusado injustamente de ser um apologista da economia de mercado, um doutrinador e não um verdadeiro cientista. Vejamos se os detratores possuem argumentos sustentáveis: ele é acusado de precipitar-se na crença de que a ordem de mercado é um sistema inerentemente estável. Prado diz que Hayek, no ensaio *Economia e Conhecimento* sustenta, "sem sobra de dúvida", que a tendência ao equilíbrio existe nos mercados e que ela pode ser constatada empiricamente. Esse não é o foco da preocupação do austríaco no ensaio, pois ele propõe que se investigue "*quanto conhecimento e que tipo de conhecimento diferentes indivíduos devem possuir para que estejamos aptos a falar em equilíbrio*".[60] Não é simples demonstrar se a ordem de mercado é inerentemente estável ou não. O próprio Marx, em sua volumosa *magnum opus*, *O Capital*, não chegou a demonstrar a existência de um ponto de ruptura inevitável da economia burguesa de mercados.[61] Ele teoriza sobre ciclos econômicos gerados pela circulação da moeda, mas não sobre a implosão do sistema.

O que se pode observar no capitalismo moderno são economistas mistas com forte presença do Estado e mercado regulados. Nunca se sabe se a crise é gerada endogenamente pelos mercados ou, de modo exógeno, pela intervenção do governo. Em muitos casos, nota-se que a intervenção prejudica o funcionamento da livre economia e acarreta crises agudas. Não há evidências, no entanto, de que os mercados entrem em crise das quais só não se autodestroem pela ação do Estado. Endogenamente sabe-se que o mercado experimenta flutuações demoradas, ciclos econômicos em economias de mercado há muito são estudados pela economia científica, mas não se pode demonstrar que o sistema engendre sua própria autodestruição em meio a crises profundas, que leve ao caos social.

De fato, Smith e os iluministas escoceses pensavam que o sistema econômico das economias de mercado seria inerentemente estável. Hayek simplesmente propõe que se estude esse sistema. O austríaco sabe que ele funciona de modo oscilante, mas não vê o ponto de ruptura, como não se pode observar de fato. Ele identifica no sistema um mecanismo cibernético autorregulado que condiciona o comportamento dos agentes, levando-os a um permanente esforço de adaptação. Mas não antecipa se o sistema é inerentemente estável ou não. A estabilidade não pode ser demonstrada, apenas imagina-se como ele deva se comportar por analogia a outras ordens sociais espontâneas.

Modelos computacionais mostram que sistemas dinâmicos descentralizados podem convergir ou não. Comportamento caótico, sujeito a instabilidade e bifurcações endogenamente geradas, é uma das soluções possíveis desses modelos. No entanto, o tipo de fenômeno social exemplificado pelo mercado ocorre de modo semelhante em outras esferas da sociedade. Por exemplo, tem-se nela a linguagem e o direito. Ambos não apresentam trajetórias explosivas, as línguas evoluem, mas não se dissipam, não são abandonadas, mas transformadas com o tempo. E o processo de evolução da língua é funcional, eficiente. O mesmo em relação às leis do direito, especialmente quando se observa o direito natural consuetudinário. Em analogia às demais instituições sociais, reforçam convicções na estabilidade e na eficiência de uma livre economia. Não se deve afirmar, por outro lado, que o comportamento estável não seja uma característica do "modo de produção capitalista", como alardeiam, em vão, seguidores de Marx desde sua morte, há mais de 130 anos.

---

[59] Além do neuropsicológo Johannes Müller, a principal referência de Hayek na juventude, sua pesquisa interage com os trabalhos de Karl Popper, seu amigo pessoal, e com os seguintes neuropsicólogos e neuroeconomistas modernos: G. Antoniou, J. Birner, S. Burckle, W. H. Calvin, D, Campbell, D. Dennett, G. T. Dempsey, R. DeVries, G. M. Edelman. A. Galeotti, S. J. Gould, A. Jonker, T. Kohonen, K. Lorenz, W. McColloch, W. Pitts, M. Minsky, G. Nicolis, I. Prigogine, F. Rosenblatt, G. Ryle, B. Smith, E. Sober. M. E. Streit, V. Vamberg, W. Weimer e D. Palermo, dentre muito outros.

[60] Hayek (1948-a).

[61] Desai (2003) também chama a atenção para essa constatação.

Marxistas se arrogam que o esquema analítico de Marx é mais eficaz na explicação da crise capitalista. Contudo, mais do que explicar a crise, eles deveriam, para a coerência do sistema teórico a que aderem, demonstrar a ruptura de um sistema capitalista puro. Algo que não o fazem.

Conclusão

A tabela 1 sintetiza as diferenças entre Hayek e Marx em 20 itens, cada qual busca precisar a posição do respectivo autor em ontologia, metodologia e epistemologia. Começa-se perguntando pela visão de homem do autor. Marx, como vimos, pensa em indivíduo sem autonomia na economia de mercado. Não são verdadeiros sujeitos, pois não possuem autonomia. Hayek interpreta-o como um complexo de experiências subjetivas particulares, que dependeram de experiências acumulas únicas de cada ser humano. O agente tem autonomia e tem uma ontologia. É um ser que escolhe, que delibera e é livre.

Quanto à atuação do homem em sociedade, para Marx ele é mero suporte de relações sociais, um simples funcionário das estruturas. Para Hayek, o homem forma-se em sua individualidade na própria vivência social. É si mesmo e suas experiências que o definem, o particularizam, ele com suas experiências individuais específicas. O terceiro item de comparação diz respeito à lógica da argumentação. Marx faz uso da dialética de Hegel aplicada na economia, na qual ele identifica certo materialismo não muito relevante para a análise. O austríaco, por sua vez, adere a um materialismo de base biológica, apoiado em seus estudos em psicologia teórica sobre o funcionamento do cérebro e da mente. Ambos são monistas, porque acreditam que a única substancia é a matéria.

O próximo item na tabela 1 trata do reducionismo. No austríaco, como vimos, o homem é autônomo dada a limitação de seu conhecimento. Hayek fornece apenas o princípio em que a mente humana opera, mas ninguém estaria apto a estabelecer o conjunto completo de fatos particulares que resultaram na escolha de determinado curso de ação por um dado indivíduo e num determinado instante. Além disso, a complexidade da mente e a ausência de causalidade unidimensional entre matéria e sensação impedem o reducionismo. Não se pode explicar, portanto, as escolhas pela atuação da matéria e, sendo assim, não há um reducionismo que explique a economia pela física. Também não viceja um reducionismo em Marx, pois o conhecimento depende de atividade prática em sociedade. Mas mesmo a economia, pensada como atividade física, não poderia explicar a atuação do indivíduo, pois a ação humana depende, em Marx, de estruturas que o condicionam. Onde a matéria entra nessa explicação circular não fica claro.

Marx se vincula à tradição da economia política clássica inglesa e especialmente a David Ricardo. Contudo, a introdução da dialética hegeliana no edifício intelectual dos clássicos foi implosiva, como o foi na análise do cristianismo por Feuerbach. Hayek é da terceira geração da escola austríaca e deve muito a Carl Menger, do qual foi o principal biógrafo. A ideia de ordem orgânica empregado por ele tem origem no trabalho investigativo do pai fundador da escola. Sintetizamos anteriormente a metodologia de Hayek como sendo o individualismo metodológico (explica-se os fenômenos sociais apenas em termos de indivíduos), do tipo ontológico (o ser humano tem *ontologia*, é o efetivo sujeito da ação) e subjetivista (explicar o comportamento humano em termos de motivos individuais, planos de ação e propensões subjetivas). Marx é um funcionalista. Nele, as estruturas sociais, entidades maiores que os indivíduos, é que são consideradas sujeitos ontológicos. O agente não tem ontologia, porque não é o sujeito da ação. O modelo de explicação marxiano é *funcionalista não ontológico*.

Quanto ao uso da explicação funcionalista, repete-se a título de comparação, que o alemão é um funcionalista radical por considerar que as estruturas determinam o agente. Hayek é um funcionalista fraco (na classificação de Elster), dado que incorpora as consequências não intencionais da ação humana em sociedade, mas considera que o sujeito homem é livre. Seu funcionalismo é bem consequente e aceito como um tipo adequado de explicação científica por explicitar os mecanismos retroalimentadores ante a estrutura e o indivíduo. Quanto à natureza do sistema econômico, Marx vê, no capitalismo, uma formação histórica, um modo de produção. E Hayek associa-o à ordem espon-

tânea. Em relação, agora, ao papel das estruturas sociais, vimos que Marx trabalha com as macroestruturas do capitalismo, sem uma descrição detalhada dos mecanismos que operam no âmbito do indivíduo que age no interior delas. Em sua análise, o capital e outras entidades abstratas atuam como sujeitos dos fenômenos sociais que se comportam como totalidades. A estrutura é que determina o funcionamento do sistema. Para Hayek, estruturas mentais e sociais produzem regras que condicionam as escolhas do agente e que são geradas por um processo desconhecido por ele. Sobre o *feedback* nas explicações funcionalistas, não fica claro a presença de um mecanismo desse em Marx, porque a relação entre o indivíduo e a estrutura é de contradição dialética e não de causalidade. De qualquer modo, não fica claro, em seu esquema, a existência de um efeito que atue como causa na manutenção do curso de ação previamente escolhido pelos agentes. Em Hayek, tal mecanismo é explícito e detalhado em sua teoria da mente.

Tabela 1. Quadro sinóptico para a comparação entre as ideias de Marx e Hayek.

Itens na avaliação ontológica metodológica e epistemológica	**Posição de Marx**	**Posição de Hayek**
Quem é o homem?	Indivíduo sem autonomia. Não tem ontologia.	Complexo de experiências subjetivas única. Tem ontologia no homem.
Atuação do homem em sociedade	Funcionário do capital	Forma-se na experiência social
Lógica de argumentação	Uso da dialética.	Raciocínio da lógica formal
Materialismo?	Materialismo dialético	Materialismo biológico
Reducionismo?	Não explicita, mas a redução passaria pela explicação da atividade humana pela matéria	A complexidade e a ausência de causalidade unidimensional impedem o reducionismo
Legado em economia a que se vincula	David Ricardo	Carl Menger
Metodologia	Funcionalismo metodológico não ontológico	Individualismo metodológico ontológico e subjetivista
Funcionalista?	Funcionalista radical, as estruturas determinam o agente	Funcionalista fraco. Consequências não intencionais e reforço
Natureza do sistema econômico	Formação histórica, modo de produção burguês	Ordem espontânea
Papel das estruturas sociais	Estão presentes e é o que determina o funcionamento do sistema	Geram normas sociais e regras neurológicas que atuam conjuntamente na escolha do agente
Feedback nas explicações?	Não fica claro.	Explícito em sua teoria da mente
Aquisição de conhecimento pelo agente	Advém da atividade prática, a *práxis*	Pela experimentação com a natureza e com a sociedade. É condicionado pela evolução do cérebro.
Natureza do conhecimento do agente	Conhecimento alienado, inverte a relação sujeito-objeto	Subjetivo e específico. Depende das experiências únicas que o formam
Aquisição de conhecimento pelo investigador econômico	Uso da dialética a fim de desvendar o fetichismo das mercadorias e do dinheiro	Uso da lógica e da experimentação. Tratamento interdisciplinar.
Astúcia da epistemologia	Sim	Não
Astúcia da razão	Sim	Não
Teoria da mente?	Nenhuma	Mente conexionista
Sobre a liberdade humana	Só no comunismo	Livre experimentação. Atua como se fosse livre.
Sobre a expressão integral do homem	Só nas relações diretas uns com os outros	O mundo subjetivo único garante a expressividade
Qualidade literário de sua obra	Clássicos da literatura universal	Linguagem científica

O próximo item diz respeito à aquisição de conhecimento pelo indivíduo. Em Marx, tem-se a fórmula da *práxis*, atividade que envolve aquisição de conhecimento tanto prático como contemplativo (teoria). Em Hayek, a epistemologia é solidamente embasada em uma teoria da mente, que demonstra ser a experimentação com a natureza e com a sociedade a base do conhecimento subjetivo. O pensamento é condicionado pela evolução do cérebro. Impulsos passados reforçam ligações entre as células nervosas, deixam uma memória.

O 13º item da tabela trata da natureza do conhecimento do agente. Vimos que, em Marx, o indivíduo formula conhecimento alienado, em que se inverte a relação sujeito-objeto. Relações sociais são coisificadas e relações entre coisas tornam-se espelho de relações sociais. No austríaco, o conhecimento individual é subjetivo e específico. Depende das experiências únicas de cada qual. Sobre a aquisição de conhecimento pelo investigador econômico, em Marx o emprego da dialética permite desvendar a alienação, o fetichismo das mercadorias e do dinheiro. Hayek combina o uso da lógica e da experimentação em campo interdisciplinar. A explicação econômica está sujeita à confrontação com fatos observados. Adere ele ao método *falseacionista* de Popper na escolha de teorias. Na ciência empírica da economia, investiga-se a aquisição e a transmissão do conhecimento.

Marx incorre na "astúcia da epistemologia", acha que exibe o verdadeiro propósito do funcionamento de uma economia de mercado, oculto da análise de economistas burgueses. Identifica, portanto, uma essência metafísica do processo a ser desvendada na explicação. Em que pese a complexidade do sistema, a análise marxiana arroga-se capaz de penetrar as estruturas profundas da economia capitalista e revelar toda a sua perversidade. Hayek advoga o limite do conhecimento e é contra a pretensão de se conhecer as estruturas profundas da sociedade e o conhecimento específico e não articulado que move os agentes. O filósofo e economista alemão também se associa à "astúcia da razão", defende a razão construtivista com a sua implicação de se projetar a sociedade comunista. Hayek oferece uma teoria da mente conexionista e Marx apenas tangencia alguns aspectos da questão, como a relação da mente com a mão humana. Sobre a liberdade, Marx quer libertar o homem do fetichismo no capitalismo, como condição para a realização humana. Liberdade é se libertar das estruturas do capitalismo. Em Hayek, liberdade é livre experimentação e ausência de coerção. Não se pode demonstrar que a ação não seja livre porque ninguém é capaz de saber como o comportamento é coagido. Não se conhece nunca as circunstâncias particulares que, ao longo da vida de experiências do sujeito homem, determinaram a sua mente e sua forma de agir. O sujeito homem age *como se* o comportamento fosse propositado. Sobre a expressão integral do homem, em Hayek o mundo subjetivo único e exclusivo de cada ser humana garante a expressividade. Para Marx, só haveria expressividade nas relações diretas uns com os outros, e no desenvolvimento humano nas profissões nobres.

Finalmente o último item trata da qualidade literária das respectivas obras. Marx é um escritor de primeira grandeza, seus manuscritos, artigos e livros tornaram-se grandes clássicos da literatura universal. Talvez seja ele o maior escritor na história do pensamento econômico. Hayek escreve bem, mas nem de longe alcança a altura do outro como escritor literário. Em alguns livros, como *O Caminho da Servidão*, chega a desenvolver um grande estilo. A maioria dos itens em sua vasta bibliografia, porém, é composta de escritos áridos, em estilo científico. Em algumas passagens de sua obra, ele é repetitivo e chega a ser enfadonho, de qualquer modo é um grande cientista natural e social, um grande economista. Seu legado traduz mais de perto o estado da arte da investigação econômico atual e, como ciência, está muito mais desenvolvido que a construção marxiana. Mas não se nega o caráter genial das obras do pensador alemão.

Como antecipado no próprio título do ensaio, tratou-se aqui de uma comparação extemporânea, que não levará nenhum marxista a abandonar a trilha do mestre e o mesmo com os "neoliberais" hayekianos. Mas talvez este tipo de estudo estimule os adeptos de cada escola a conhecerem e dialogaram mais com os da outra.

Referências

Arena, R., The Hayek/Keynes Controversy in the Light of Modern Busines Cycle Theory, *History of Economic Ideas*, Vol. 7, No. 1/2, 1999, pp. 227-253.

Aron, R., O Marxismo de Marx, São Paulo: ARX, 2005.

Barbieri, F. História do Debate do Cálculo Econômico Socialista, São Paulo: Instituto Ludwig von Mises - Brasil, (s.d.)

Barone, E. (1935) "The Ministry of Production in the Collectivist State", In: Hayek (ed.). Collectivist Economic Planning. S&M, Vol. 2.

Bas, D. S., Hayek's Critique of The General Theory: A New View of the Debate between Hayek and Keynes, *Quarterly Journal of Austrian Economics*, Vol. 14, No. 3, 2011, pp. 288-310.

Bensaïd, D., Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica – séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Campbell, D., Blind Variation and Selective Retention in Creative Thought as in Other Knowledge Processes. *Psychological Review*, No. 67, 1960, pp. 380-400

Dempsey, G. T., Hayek's Evolutionary Epistemology, Artificial Intelligence, and the Question of Free Will. *Evolution and Cognition*, No. 2, 1996, pp.139-150.

Desai, M., A Vingança De Marx - A Ressurgência do Capitalismo e a Morte do Socialismo Estatal, Rio de Janeiro: Codex, 2003.

Edelman, G. M., Neural Darwinism: the Theory of Neuronal Group Selection. New York: Basic Book. 1987.

Elster, J., Solomonic Judgements: Studies in the Limitation of Rationality. New York: Columbia University, 1989-a.

_____. Social Norms and Economic Theory. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 3, No. 4, 1989-b, pp. 99-117.

Engels, F. A Dialética da Natureza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Feijó, R. L. C. Economia e Filosofia na Escola Austríaca. São Paulo: Nobel, 2000

_____. A ideia de ciência em Karl Marx, *Política & Sociedade*, vol. 14, no. 31, 2015.

Hayek, F. A. (1989), "Order: With or Without Design?" The Center for Research into Communist Economies. London, 1989, pp. 86-87.

_____. "Competition as a Discovery Procedure". In: Nishiyama, C.; Leube, K. (eds.) The Essence of Hayek. Stanford: Stanford University press, 1984

_____. "A Pretensão do Conhecimento". *Revista Brasileira de Economia*, vol. 37, No. 4, 1983.

_____. The Sensory Order: An Inquiry into the Foundations of Theoretical Psychology. Chicago: The University of Chicago Press, 1992 [1952].

_____. "Economics and Knowledge". In: Hayek. F. A., Individualism and Economic Order. South Bend: Gateway, 1948-a.

_____. "Individualism: True and False". In: Hayek. F. A., Individualism and Economic Order. South Bend: Gateway, 1948-b.

_____. "Scientism and the Study of Society", *Economica*, Vol. 9, No. 35, 1942, pp. 267-291.

Kosik, K., Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

Lorenz, K., "Kant's Doctrine of the A priori in the light of Contemporary Biology". In: Plotkin, H. (ed.) learning, Development, and Culture. New York: John Wiley & Sons, 1984.

Marx, K. F., O Capital: para a crítica da economia política, Livro I, coleção *Os Economistas*, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Marx, K. F.; F. Engels, A Sagrada Família, ou crítica da crítica crítica, contra Bruno Bauer e Consortes. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. A Ideologia Alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007-a.

_____. "Teses sobre Feuerbach". Em: A Ideologia Alemã, op. cit., 2007-b, pp. 611-613.

Paulani, L., Modernidade e Discurso Econômico. São Paulo: Boitempo, 2005.

Popper, K., "Evolutionary Epistemology". In: Pollard, J. (ed.) Evolutionary Theory: paths into the Future. London: John Wiley & Sons, 1984.

Prado, E., "Do Socialismo Centralista ao Socialismo Democrático". *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Vol. 39, 2014, p. 59-79.

Smith, B., “The Connectionist Mind: A Study of Hayekian Psychology”. In: Frowen. S. F. (ed.) Hayek the Economist and Social Philosopher: A Critical Retrospect. London: Macmillan. 1996.

Taylor, C., Hegel: sistema, método e estrutura, São Paulo: Realizações Editora, 2014.

Wapshott, N., Keynes versus Hayek: the clash that defined modern economics, Rio de Janeiro: Record, 2016.